ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MÊDA

Ata número 4º

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Mêda,

realizada no dia 27 de fevereiro de 2026

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte seis, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal da Mêda, em sessão Ordinária, dando inicio às nove horas e cinquenta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Período de Intervenção do Público;

Leitura de Expediente;

- Análise e aprovação da Ata número dois da Reunião Ordinária de Assembleia realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco;

Período antes da ordem do dia:

- Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes para Apresentação de Votos, Menções, Moções e Recomendações;

- Informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea c) do artigo 25°do anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º da Lei N° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Período da ordem do dia: ----------

Ponto 1º - Aprovação de Demonstração de Desempenho Orçamental 2025; **Ponto 2** - 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de 2026; **Ponto 3 -** Empréstimo para Financiamento de Investimentos – Alteração dos Investimentos a Financiar; **Ponto 4 -** Especificação dos Investimentos a Financiar com o Empréstimo de Aquisição de Imóveis; **Ponto 5** – Relatório Anual de atividades 2025 CPCJ - Para conhecimento; ----------

Presidiu à Sessão Ordinária o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Germano Mourato Leal Pinto, tendo sido secretariado por, Carla Alexandra Sequeira Beça Rodrigues, na qualidade de Primeira Secretária e por Márcia Maria Pereira Raimundo, na qualidade de Segunda Secretária. Estiveram presentes os Deputados Municipais que a seguir se indicam:

António Carlos Proença Simão de Almeida, Hermínio José Costa Albino, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Fabiana Almeida Rodrigues, Marco Aurélio Mano Saldanha, José Vítor Ramos Trigo (em substituição de António Óscar Dias de Amaral Sampaio), Ermelinda de Lurdes do Nascimento Rosa Amado (em substituição António João Barradas Moreira), Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Mário José Lobão Andrade, Filipa Alexandra Pereira da Silva Amado e Vânia Isabel Morrão da Silva Alves. Marcaram igualmente presença os Presidentes das Juntas de Freguesia, conforme se indica de seguida - Presidente de Junta da Freguesia de Aveloso: Joel Filipe Martins Cardoso; - Presidente

de Junta da Freguesia de Barreira : Antero Augusto Gomes Martins; - Presidente de Junta da Freguesia de Coriscada: Adelino Carlos Bandeira; - Presidente de Junta da Freguesia de Longroiva, António Norberto Rodrigues Tairum; - Presidente de Junta da Freguesia de Marialva: Vanessa Alexandra Correia da Conceição; - Presidente de Junta da Freguesia de Poço do Canto: Alexandrina da Conceição Montês Abrunhosa; - Presidente de Junta da Freguesia de Rabaçal: Pedro Alexandre Amaral Ribeiro; Presidente de Junta da Freguesia de Ranhados, José Sérgio Pereira Correia; -Presidente de Junta da Freguesia de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa: José Manuel Félix de Lemos na qual não este presente mas fez se representar por Pedro Jorge Consciência Honrado; - Presidente de Junta da Freguesia de Prova e Casteição: Nelson Fernando Andrade Gonçalves; - Presidente de Junta da União de Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela: Maria Armanda Oliveira Coelho. Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, António César Valente Figueiredo, o Vice-Presidente Carlos Alberto Batoco Montês a vereadora Carla Sofia Silva Sequeira, o vereador Anselmo Antunes de Sousa, e o vereador Carlos Bruno Brígida Fial Pereira. ----------

Leitura da Correspondência:

Não havendo outras leituras de expediente, foram referidos e lidos os emails com comunicação das ausências e justificações dos membros da Assembleia. ----------

Substituição ao abrigo do art.º 78 º da lei n.º 169/99 de 18/09, na sua atual redação:

Correio eletrónico de António João Barradas Moreira, Deputado Municipal, a solicitar, por motivos de saúde, a sua substituição na sessão ordinária de 27 de fevereiro, indicando para o efeito Ermelinda de Lurdes do Nascimento Rosa Amado, que foi convocada nos termos legais; --

Correio eletrónico de António Óscar Dias de Amaral Sampaio, Deputado Municipal, a solicitar, por motivos de profissionais, a sua substituição na sessão ordinária de 27 de fevereiro, indicando para o efeito, José Vítor Ramos Trigo que foi convocado nos termos legais; ----------

Substituição ao abrigo da alínea c) do Art° 18° da Lei Nº 75/2013 de 12/09 na sua atual redação:

Correio eletrónico de José Manuel Félix de Lemos Presidente da Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, a solicitar, por motivos de saúde, a sua substituição na sessão ordinária de 27 de fevereiro, indicando para o efeito, que Pedro Jorge Consciência Honrado que foi convocado nos termos legais; ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão. Seguidamente deu início ao período aberto à intervenção do público, no qual a Mesa não recebeu qualquer inscrição. ----------

- Análise e aprovação da Ata número dois da Reunião Ordinária de Assembleia realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco;

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, abriu o período de inscrições, tendo sido registadas duas solicitações para uso da palavra: Cláudio Heitor Rebelo, e Marco Saldanha. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** relativamente à ata, felicitou pela nova roupagem adotada, considerando-a mais apelativa e intuitiva, apresentando, por isso, os seus parabéns. Contudo, manifestou que, a ata é um documento histórico e político, sendo um documento histórico de consulta, pelo que deve refletir com rigor e verdade a vertente política. Nesse sentido, referiu que teria alguns apontamentos a fazer. Indicou que existem questões de pontuação e outros aspetos formais que fará chegar à secretária e fá lo á sem qualquer problema. Acrescentou que as observações que apresentava incidiam apenas sobre a parte que lhe diz respeito, uma vez que não leu as intervenções dos restantes membros, limitando-se, assim, à sua própria intervenção. Fez um apontamento relativamente às nomenclaturas utilizadas na ata, chamou designadamente quanto ao uso de "Doutor" e "Engenheiro", referindo que tal não deve constar por extenso. Prosseguiu, referindo que deve existir um critério uniforme na redação. Acrescentou que este pequeno aspeto poderá fazer chegar posteriormente. Referiu que, ao ler a ata, se verifica que é impercetível o que consta na página 12 relativamente à sua intervenção sobre a ata de setembro. Acrescentou que quem lê não consegue perceber o que foi dito e que ele próprio não conseguiu perceber o que ali ficou registado acerca da sua intervenção sobre essa ata. Esclareceu que o que pretendeu dizer foi uma situação muito simples: que, na Assembleia Municipal do mês de setembro, o então Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora não estiveram presentes. Referiu que, posteriormente, foi dado conhecimento de que a Senhora Vereadora se encontrava impedida legalmente, sendo essa situação do conhecimento das pessoas. Acrescentou que, reportou intervenções de ex-Deputados Municipais que afirmaram não poder votar a ata, por pretenderem esclarecimentos sobre essa situação, tendo sido isso que transmitiu na sua intervenção. Acrescentando que considerava importante acautelar, numa futura alteração ao Regimento da Assembleia, que não possam existir vazios legais que conduzam à não votação de atas, ressalvando que não é jurista. Sublinhou que, se encontravam no último dia do mês de fevereiro e que a ata de setembro ainda não tinha sido votada, entendendo que o Regimento deveria acautelar essa situação. Reiterou que foi isso que pretendeu dizer, salientando que não é percetível, pela redação que consta na ata, que pessoas que estiveram presentes já não puderam votar. Recordou ainda que, na ocasião, aquela ata não poderia ter minuta por não conter pontos na ordem de trabalhos, mas que deveria constar que houve um facto político, o qual tem de ser versado em ata. Frisou que tal não está percetível na redação atual. Acrescentou que não tem qualquer problema em disponibilizar a redação exata do que pretende que conste na ata. Prosseguindo, indicou existirem ainda dois aspetos que considera importantes corrigir. Referiu-se, concretamente, ao que consta na página 16, relativamente à menção sobre a CCDR, onde se lê que questionou se já existia informação quanto ao processo eleitoral para o novo Presidente da CCDR Centro, inicialmente referido como previsto para 12 de janeiro de 2026, manifestou discordância com a forma como o processo foi conduzido e questionou o que significa a referência a "cerca de uma centena de candidaturas de concelho", perguntando candidaturas de quê. Esclareceu que estava a referir-se às candidaturas relacionadas com os incêndios de verão, das pessoas que se candidataram, considerando tratar-se de lapsos que importa corrigir. Prosseguiu, referindo que, conforme já tinha dito, e concluindo relativamente às alterações que entende que a ata merece, existem aspetos que lhe parecem não estar devidamente vertidos. Acrescentou que Deputado Óscar Sampaio, não se encontrava presente, mas também iria pronunciar-se sobre a ata. Salientou que, ao ler a ata, no que respeita à sua intervenção, fica a perceção de que não levantou grandes questões, quando, no seu entendimento, levantou questões concretas. Deu como exemplo, a parte relativa à iluminação

de Natal, referindo que, tal como está redigido, quem lê pode questionar-se sobre o propósito da sua intervenção. Citou da ata onde consta que "o valor da adjudicação da iluminação de Natal tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, recordando que há cerca de 5 ou 7 anos rondava os 20 mil euros e que atualmente se situa em valores superiores", afirmando que não foi isso que disse. Esclareceu que, o que afirmou foi que o valor atual é mais do dobro do que era anteriormente e que é essa a expressão que pretende que fique em ata, uma vez que "valores superiores" pode significar apenas mais mil euros, o que já seria superior. Referiu ainda, a passagem onde consta que manifestou a perceção de existir menor iluminação, instalada mais tarde do que era habitual e que teria ficado totalmente operacional próximo da época de Natal. Esclareceu que não disse "próximo", mas sim que ficou operacional seis dias antes do Natal, sendo essa a formulação que entende dever constar da ata. Concluiu, referindo que o que disse não interpreta fielmente aquilo que afirmou, considerando que a forma como está escrita não traduz o conteúdo da sua intervenção. Assim, reiterou que pretende fazer chegar essas correções para que sejam devidamente alteradas. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Sr. Deputado Marco Saldanha. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Marco Saldanha,** Iniciou a sua intervenção, aproveitando para apresentar os cumprimentos ao Sr. Presidente da Mesa, às Sras. Secretárias, Sr. Presidente do Executivo, aos Srs. Vereadores do Executivo e da oposição, à Excelentíssima Secretária, aos colegas Deputados, aos Presidentes das Juntas de Freguesia e ao público presente. Referiu que, em primeiro lugar, relativamente à ata de reunião da última sessão, qualquer um dos deputados, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia, tem toda a razão para efetuar correções, mas que, sobretudo, aqueles que estão há bastante tempo no cargo de deputado deveriam fazê-lo de forma mais pedagógica. Salientou que a intervenção pedagógica é importante, pois também se destina a apoiar, em primeira instância, a Secretária Letícia, que está a dar os primeiros passos na função, destacando desde logo que o trabalho realizado foi bom, embora reconhecendo algumas lacunas. Acrescentou que, comparativamente ao último mandato, esta foi a assembleia mais extensa, tendo a ata contado 33 páginas, evidenciando um trabalho penoso, mas executado dentro do prazo previsto, ao contrário do que ocorreu no mandato anterior, felicitando a Letícia pelo desempenho. Acrescentou que, ao rever a ata, apenas observou a sua própria intervenção e não considerou necessário comentar vírgulas ou pontos finais. Concordou com o Deputado Cláudio quanto à uniformidade no tratamento de títulos de Doutores e Engenheiros, considerando que, na ata, apenas deveriam constar os cargos de Deputados e Presidente. Referiu ainda que, uma correção importante seria incluir, nos pontos relativos à eleição de representantes para as Comissões Municipais, para a Assembleia da CIM e para os Presidentes de Junta, bem como para o Conselho Municipal de Educação, os nomes das pessoas eleitas ou nomeadas, uma vez que, na versão atual da ata, apenas se refere que não houve intervenções. Sublinhou que, sem essa referência, não se garante o valor histórico do documento, conforme já salientado pelo Deputado Cláudio. Referiu que esta era apenas a única reflexão ou conselho que deixava para correção na ata, acrescentando que, de resto, dava os parabéns e incentivava a continuidade do bom trabalho. ----------

Neste momento e não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** propôs a votação da ata número dois da Reunião Ordinária de Assembleia realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, tendo sido aprovada por unanimidade.

Nos termos do n.º 3 do art.° 34.° do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na aprovação da ata, os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra para intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes, destinadas à apresentação de votos, moções, menções e recomendações abrindo assim o período de inscrições, tendo sido registada uma solicitação para uso da palavra: Cláudio Heitor Rebelo. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** tendo apresentado em nome da Bancada Municipal do Partido Socialista de Mêda o seguinte voto de Solidariedade *"A bancada Municipal do Partido Socialista de Mêda, na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de fevereiro, apresentou um voto de solidariedade com todas as comunidades e Municípios severamente atingidos pelas recentes tempestades que afetaram diversas regiões do país. Salientou que os fenómenos meteorológicos extremos provocaram elevados prejuízos materiais, perturbações significativas na vida das populações e tragicamente a perda de vidas humanas. Manifestou, neste momento difícil, o mais profundo pesar pelas vítimas mortais, endereçando às suas famílias e comunidades as mais sentidas condolências. Reconheceu e enalteceu a pronta e abnegada ação dos autarcas, dos corpos de bombeiros, da Proteção Civil e das forças de segurança, destacando que a sua dedicação, profissionalismo e espírito de missão foram determinantes na resposta às situações de emergência, na proteção de pessoas, bens e no restabelecimento da normalidade possível. Entre os exemplos de liderança autárquica que importa destacar, salientamos a atuação da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, a professora doutora Ana Abrunhosa, nossa Conterrânea, pela forma assertiva, responsável e antecipatória, com que preparou e planeou a resposta municipal à tempestade ocorrida naquele concelho. A sua capacidade de planeamento prévio, articulação institucional e mobilização de meios constituiu um exemplo de liderança autárquica eficaz e preventiva, demonstrando que a antecipação e a organização são fatores decisivos na mitigação de riscos e na salvaguarda das populações. Na sua pessoa, louvamos todos os autárquicos que, em circunstâncias adversas, souberam agir em determinação, responsabilidade e sentido de serviço público. O presente voto de solidariedade deverá, por isso, ser formalmente comunicado à Sra. Presidente da Câmara Municipal do Coimbra. Entendemos, igualmente, que os bons exemplos de coordenação e socorro prestados em diversos Municípios, devem servir de referência e reflexão para todos os órgãos autárquicos, incluindo o Município da Mêda, no sentido de reforçar a prevenção, planeamento e a capacidade resposta a situações de emergência. Por fim, propomos que seja observado um minuto de silêncio nesta Assembleia em memória de todas as vítimas das referidas tempestades."*

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, une-se em intenção a este voto de louvor, e de seguida deu a palavra ao Sr. Deputado Hermínio Albino. ----------

Usou da palavra **o Sr. Deputado Herminio Albino,** dirigiu cumprimentos ao Sr. Presidente da Mesa, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia, manifestou a sua satisfação pela apresentação da moção por parte do membro Cláudio Heitor Rebelo, referindo, no entanto, não poder deixar de recordar que, neste espaço, o Partido Socialista votou contra a candidatura da Sra. Presidente da Câmara de Coimbra atualmente, quando foi candidata a presidência desta Assembleia. Informou que, em nome dos grupos do PSD e CDS, iria apresentar um voto de pesar, procedendo à sua leitura. *"A Assembleia Municipal da Mêda manifestou o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Luís Videira Poço, distinto autarca e cidadão empenhado, que exerceu funções como Presidente da Câmara Municipal de Pinhel no período de 15 de abril a 25 de outubro*

de 2025. Ao longo do seu percurso autárquico, dedicou grande parte da sua vida ao serviço público e ao desenvolvimento do concelho de Pinhel, promovendo o estreitamento de laços institucionais e de cooperação entre os concelhos da Mêda e de Pinhel. Exerceu funções como vereador da Câmara Municipal de Pinhel entre 2013 e 2025, tendo sido Vice-Presidente entre 2013 a 2017. Entre 2009 e 2013, desempenhou o cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Pinhel, tendo anteriormente assumido também funções como vereador, evidenciando um percurso marcado pela continuidade, responsabilidade e forte compromisso com a sua terra e com as suas gentes. Paralelamente à sua atividade política, destacou-se como empresário ativo e empreendedor, contribuindo para a dinamização do tecido económico local. A sua dedicação à comunidade estendeu-se ainda ao setor social e humanitário, tendo exercido funções como Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pinhel e Presidente do concelho Fiscal da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Pinhelenses, instituições às quais dedicou empenho, sentido de missão e espírito solidário. O seu percurso ficou marcado pela entrega à causa pública, pelo espírito de cooperação institucional e pela permanente disponibilidade para trabalhar em prol do desenvolvimento regional e do bem-estar das populações. Neste momento, a Assembleia Municipal da Mêda presta pública homenagem à memória de Luís Videira Poço, reconhecendo o seu mérito, a sua dedicação e o seu exemplo de serviço à comunidade, endereçando à sua família, amigos e a todo o concelho de Pinhel as mais sentidas condolências. Que o presente voto de pesar seja aprovado e conste em ata, sendo dado conhecimento à família e às entidades competentes."

Neste momento, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** propôs a votação o voto de pesar tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

Período Antes da Ordem do Dia: ----------

Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes para Apresentação de Votos, Moções e Recomendações;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições, tendo sido registadas sete solicitações, para uso da palavra: Hermínio Albino, António Norberto Tairum, José Vítor Trigo Pedro Lourenço, Marco Saldanha, Cláudio Heitor Rebelo e António Almeida. ----------

Lembrando que, nas suas intervenções, cada deputado deve respeitar o tempo de 3 minutos com alguma tolerância. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Hermínio Albino. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Hermínio Albino**, referiu que, para que não o considerassem sectário, dirigindo-se à oposição, iniciaria a sua intervenção antes da ordem do dia com uma notícia relativa a um autarca socialista do concelho de Vinhais, vila raiana do distrito de Bragança. Referiu que, aquele município se encontrava a construir reservatórios de água em locais estratégicos para abastecimento de helicópteros no combate a incêndios e a abrir poços nas aldeias para garantir o abastecimento de água em períodos críticos, tendo mobilizado para o efeito uma verba de cerca de quinhentos mil euros. Nesse sentido, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que informasse o que estava a ser feito sobre essa matéria no concelho da Mêda, ao nível da proteção e de eventuais melhorias, deixando a sugestão caso não existissem ainda

medidas concretas, considerando tratar-se de uma sugestão. No segundo ponto, abordou o entroncamento da estrada municipal de Longroiva com a Estrada Nacional 102, referindo que o pavimento necessitava de arranjo urgente, podendo inclusive provocar acidentes, uma vez que os condutores se desviam para a faixa contrária. Alertou também para a necessidade de uma revisão profunda do acesso e da acessibilidade, mencionando que autocarros com destino ao hotel de Longroiva e camiões, nomeadamente do Intermarché, tinham de efetuar manobras em contramão por falta de condições adequadas, considerando a situação grave e apelando à sua resolução. Na mesma linha, relembrou a necessidade de limpeza das valetas e das bermas da estrada, bem como da marcação rodoviária, assunto já mencionado em Assembleia anterior, manifestando que, na sequência dos incêndios e das chuvas, pedras e terra tinham invadido as valetas, agravando as condições de circulação. Alertou também para a reparação urgente do talude que sustenta a estrada junto ao hotel em Longroiva, em frente às termas e aos tanques públicos, local onde circulam muitos veículos pesados e de passageiros, considerando que, sem intervenção célere, poderia ocorrer uma tragédia. Recordou que, a derrocada resultou da falta de cuidado no desvio das águas provenientes da propriedade situada na parte superior da estrada, do lado esquerdo para quem se dirige à EN102, após obras ali realizadas, tendo as águas escorrido pela via e provocado o desmoronamento do talude. No terceiro ponto, referiu novamente a situação das dez luminárias localizadas na rotunda do IP2 de acesso a Longroiva, que permaneciam apagadas desde a inauguração daquela via, ocorrida em 20 de setembro de 2011, ou seja, há cerca de quinze anos, lamentando que a situação se mantivesse inalterada apesar de já ter sido anteriormente mencionada. Referiu que, na sua opinião, a situação das luminárias era muito grave e constituía igualmente uma questão de segurança, apelando à sua resolução, quer fosse da responsabilidade da Câmara, da Junta de Freguesia ou de ambas. Informou que ele próprio já tinha enviado e-mails para as Estradas de Portugal, sem que tivesse verificado qualquer solução. Reiterou ainda que seria uma boa ideia aproveitar as rotundas existentes, duas em Marialva e duas em Longroiva, para promover o concelho. No quarto ponto, agradeceu a prontidão na desobstrução dos caminhos e estradas que tinham ficado intransitáveis devido a derrocadas de terras e muros, bem como a elaboração do calendário de eventos. Alertou, contudo, para a necessidade de assegurar que uma atividade realizada na cidade não afetasse nem ensombrasse iniciativas promovidas nas aldeias, considerando que estas mereciam especial visibilidade, tendo em conta o contexto de desertificação. Por fim, recordou a importância do embelezamento da avenida da cidade, dos seus parques, da reposição de árvores e da manutenção dos jardins, agradecendo a atenção. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado António Norberto Tairum. ----------

Usou da palavra **o Sr. Deputado António Norberto Tairum,** cumprimentou o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, as Senhoras da Mesa da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, os Deputados, os Presidentes de Junta e o público presente. Referiu que, estando no início de mais um ano e também no início do mandato do Executivo Municipal, considerava ser o momento adequado para expor os problemas que afetavam a Freguesia de Longroiva. Antes, porém, agradeceu à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente César Figueiredo, a disponibilidade e o trabalho efetuado na sequência dos deslizamentos de terras e quedas de muros que afetaram as principais vias de circulação, tendo os serviços municipais intervindo prontamente para repor a normalidade. Feito o agradecimento, passou a elencar vários problemas da Freguesia e que gostaria de ver solucionados. Relativamente às intempéries e à intensa pluviosidade, referiu que provocaram deslizamentos de terras e quedas de muros de

suporte, tanto em terrenos privados como em caminhos e estradas públicas, questionando se existiam verbas do Estado às quais o Município ou os privados se pudessem candidatar e quais os procedimentos a adotar. Quanto à estrada que passa por Longroiva, mencionou a existência de fissuras no pavimento e taludes a necessitar de reparação, perguntando se já havia previsão para o início das obras. Alertou ainda para a sinalização danificada, consequência dos incêndios do verão anterior. No que respeita à toponímia, informou que foram elaborados todos os trabalhos de campo, que a empresa Dia cria enviara os mapas, a Assembleia de Freguesia de Longroiva aprovou a proposta e foi tudo remetido à Câmara Municipal, questionando o ponto de situação e a previsão de execução. Relativamente ao Castelo de Longroiva e à sua envolvente, "uma herança dos nobres templários, a Torre de Menagem que viu desfilar diante de si toda a histórias de Portugal", considerou que o monumento merecia maior dignidade, referindo que as obras pareciam não ter fim. Alertou para proteções laterais dos passadiços que se encontram em muitos sítios soltas, podendo causar acidentes, sobretudo a crianças, questionando de quem seria a responsabilidade em caso de ocorrência. Mencionou ainda parte cerca foi derrubada para a passagem dos passadiços, questionou se ficara assim, junto à cisterna há um amontoado de pedras que necessitava de remoção e o estado de abandono da construção recente, questionando qual o destino previsto para a mesma. Abordou também a necessidade urgente de ampliação do cemitério de Longroiva, informando que deixara de existir impedimento por parte do proprietário do terreno contíguo para venda de parcela destinada ao alargamento. Alertou que em breve não haveria espaço para novas sepulturas e que, caso nada fosse feito, os falecidos teriam de ser sepultados na Mêda. Referiu ainda a necessidade de consolidação do muro do lado poente, que apresentava uma brecha de "uns trinta centímetros", em alguns sítios situação já conhecida pelos serviços municipais e que carecia de intervenção. Quanto ao saneamento, referiu que muitas habitações não dispunham de rede pública e outras utilizavam fossas que causavam maus odores, especialmente no verão, questionando quando seria implementada uma solução, uma vez que já tinham sido realizados vários estudos e pareceres. No abastecimento de água, afirmou que, após a construção do edifício termal e do hotel, o fornecimento ficara comprometido, sendo frequentes as situações de falta de água ou de pressão insuficiente, especialmente nas habitações da encosta do castelo, o que criava dificuldades, designadamente no funcionamento de esquentadores, solicitando solução para o problema. Referiu ainda o trânsito de camiões de grande porte que passa no interior da localidade, apesar da via ser estreita, com várias curvas muito acentuadas, causando danos, nomeadamente nos beirais das habitações. Sugeriu que fosse estudada a possibilidade de impedir essa circulação, indicando a existência de uma via alternativa na ligação Mêda-Marialva. Apresentou duas propostas: a criação de um gabinete de apoio às Freguesias, para auxiliar as juntas em candidaturas, projetos, acompanhamento de programas estatais e matérias contabilísticas; e a constituição de uma equipa de sapadores municipais para prestar serviços regulares nas freguesias, mediante pagamento dos dias de trabalho, de modo a suprir a falta de pessoal. Por fim, apelou à necessidade de resolver os problemas identificados, sublinhando que os eleitos foram escolhidos para esse fim, manifestando confiança no Senhor Presidente da Câmara e afirmando que havia grande expectativa no seu mandato. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado José Vítor Trigo. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado José Vítor Trigo,** cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, às Senhoras Secretárias, os Senhores Vereadores, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Deputados e o público presente. Referiu que vinha abordar um tema sensível, que considerava ter sido alheio aos trabalhos da Câmara Municipal e do Senhor

Presidente, designadamente o encerramento frequente das urgências do Centro de Saúde da Mêda, afirmando que tal situação ocorria usando a expressão "dia sim dia sim" e que o Município se tinha remetido ao silêncio. Salientou que, até ao momento, não tinha sido prestado qualquer esclarecimento sobre a matéria e questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o que tencionava fazer, perguntando se iria permitir o encerramento definitivo das urgências ou mesmo do Centro de Saúde. Afirmou que a situação estava a gerar caos, deixando a população sem acesso a cuidados de saúde, recordando que o concelho tinha uma população envelhecida e vários lares a necessitar de cuidados de saúde. Considerou que o Município e o Senhor Presidente deveriam pronunciar-se na Assembleia e esclarecer aquela situação. Referiu ainda que tinha conhecimento de uma reunião com a ULS da Guarda, na qual o Senhor Presidente não teria estado presente, tendo sido representado pelo Chefe de Gabinete o que considerou muito mal. Solicitou esclarecimentos sobre em que resultara essa reunião, entendendo tratar-se de uma questão pertinente a ser esclarecida. No segundo ponto, abordou a situação de obras nos Cancelos, afirmando que as cheias e a chuva não poderiam servir de justificação para todos os problemas. Referiu que tinha reunido documentação sobre arruamentos nos Cancelos de Cima, manifestando que os Cancelos de Cima "são muito alheios ao Senhor Presidente da Câmara porque nunca ninguém o lá viu sem ser a pedir votos de quatro em quarto anos" considerando estarem ao abandono, mencionando situações de calçada danificada, impedindo moradores de aceder às suas habitações, classificando a situação como grave. Exaltado, acrescentou que desconhecia qualquer medida de compensação fiscal relativamente aos munícipes afetados. Referiu que, quem pretenda deslocar-se da Mêda para os Cancelos encontra grandes dificuldades de circulação, devido ao estado degradado da via, com inúmeros buracos, questionando se o Senhor Presidente tinha conhecimento da situação e afirmando que, caso não tivesse, deveria deslocar-se ao local, por considerar que a função de um autarca era resolver os problemas da população. Acrescentou que, no inverno, era praticamente impossível subir a calçada para sair da aldeia, solicitando esclarecimentos sobre o que iria ser feito. Questionou ainda o ponto de situação da zona industrial, designadamente quais os investimentos já concretizados, se existiam empresas fixadas e quantos postos de trabalho tinham sido criados na nova zona industrial, recordando que já tinham sido investidos mais de dois milhões de euros e perguntando qual o resultado desse investimento. Abordou também a situação do Castelo da Mêda, referindo que se encontrava sem iluminação noturna, o que já teria originado pequenos acidentes, solicitando informação sobre quando seria resolvido o problema. Por fim, referiu que a avenida da cidade da Mêda apresenta passeios muito degradados, recordando que o assunto já tinha sido mencionado por vereadores da oposição em reunião de Câmara. Considerou que a avenida necessitava de uma remodelação devidamente estruturada, questionando qual o projeto anteriormente referido pelo Senhor Presidente e quando seriam realizadas as obras, solicitando resposta às questões colocadas sem o deixar a ficar a falar sozinho. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. deputado Pedro Lourenço. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Pedro Lourenço,** cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia, as Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora e Senhores Vereadores, a Senhora Secretária, as Senhoras e Senhores Deputados, as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e público presente. Antes de mais, referiu querer começar por aquilo que os unia, congratulando os Bombeiros Voluntários e o Município pela pronta solidariedade e pelo apoio prestado às populações afetadas pelas intempéries no distrito de Leiria. Manifestou que, em momentos de dificuldade, era essa capacidade de mobilização, entrega e serviço público que dignificava as instituições e honrava o poder local. Felicitou o Município pela realização do Dia do

Comércio Local, iniciativa que decorreu no final do mês de janeiro, na qual teve a honra de se integrar como júri, destacando a importância da valorização do comércio tradicional enquanto elemento essencial da identidade, do empreendedorismo e da economia de proximidade do concelho. Referiu, contudo, que a política se faz também de prioridades, reconhecendo que a população aprecia e participa nas festas, bem como o seu contributo para a dinamização cultural e económica, mas salientando que o concelho necessita de desenvolvimento estruturado, planeamento e obra executada. Enumerou, nesse sentido, diversas situações que considerou prioritárias: a requalificação do Bairro do Barrocal; a melhoria das acessibilidades aos espaços públicos na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral; a concretização do anunciado Centro de Transportes da Mêda; a requalificação dos parques infantis em todo o concelho garantindo a segurança e dignidade a todas as nossas crianças; a instalação de mais pontos de carregamento para veículos elétricos; a execução da Ecovia da Mêda; a melhoria das ligações das Freguesias à sede do concelho; a requalificação da Estrada Nacional 324 essencial à mobilidade e à segurança rodoviária; o pleno funcionamento do Centro de Saúde, sem encerramentos frequentes das urgências que deixam a população apreensiva; a implementação do cartão social para idosos com medida concreta de apoio a quem mais precisa e o reforço da sinalização horizontal e vertical em todo o concelho porque a segurança não pode ser negligenciada. Concluiu que, para além das festividades, a população pretendia projetos, obra e resultados concretos, defendendo uma atuação municipal com ambição, estratégia e sentido de responsabilidade. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou o ponto de situação da alteração ao Regimento, perguntando se a comissão constituída para o efeito tem reunido com regularidade, se existia já uma proposta consolidada e se o documento estaria em condições de ser apresentado e votado numa próxima sessão. Salientou que o Regimento era um instrumento fundamental para o funcionamento democrático da Assembleia, garantindo transparência, equilíbrio e eficácia, solicitando esclarecimentos sobre o andamento do processo, referindo que democracia local fortalece-se com regras claras, atualizadas e consensualizadas. Por fim, agradeceu. ----------

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Deputado Marco Saldanha. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Marco Saldanha,** dispensando novos cumprimentos, uma vez que já o tinha realizado anteriormente, começou por deixar um elogio ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Longroiva pela forma clara e objetiva como apresentou os problemas da sua Freguesia. Incentivou, inclusive, os restantes Presidentes de Junta a seguirem esse exemplo, elaborando um memorando no início do mandato, para que o Executivo possa ter uma visão estruturada das necessidades de cada Freguesia e as possa considerar ao longo do mandato. Referiu também que, relativamente à intervenção do Deputado Pedro Lourenço, existem vários pontos de convergência entre as bancadas, muitos deles coincidentes com elementos do programa eleitoral da coligação, assim, é expectável que o Senhor Presidente da Câmara tenha igualmente em consideração as propostas apresentadas em período eleitoral e que, estando o mandato agora no seu início, muitas delas esperamos nós e os medenses que possam ser efetivamente concretizadas até ao fim do mandato. Entrando na sua intervenção principal, deixou uma palavra de grande apreço à Câmara Municipal, aos elementos da Proteção Civil e às Juntas de Freguesia pela prontidão demonstrada em situações adversas, nomeadamente em períodos de neve e gelo. Embora não se tenham verificado cenários de calamidade como noutros distritos, destacou a importância da intervenção rápida e de proximidade, sobretudo no apoio às populações mais vulneráveis. Destacou o trabalho no terreno, designadamente no apoio a idosos e às IPSS, referindo exemplos concretos de freguesias onde essa colaboração foi particularmente visível. Seguidamente referiu a questão da saúde, tema recorrente nas assembleias municipais e

novamente trazido ao debate, sublinhando a necessidade de continuar a acompanhar e intervir numa matéria que afeta diretamente a qualidade de vida da população e não fazendo, como referiu, "de advogado do Senhor Presidente da Câmara", esclarecendo que, contrariamente ao que tinha sido afirmado, o Senhor Presidente esteve presente na reunião com a ULS, não tendo sido representado apenas pelo chefe de gabinete. Considerou que, quando são feitas acusações ou afirmações dessa natureza, devem ser devidamente fundamentadas, sob pena de criarem constrangimentos desnecessários a quem as profere e a quem são dirigidas. Acrescentou ainda que existe a intenção do Executivo Municipal de promover uma reunião na Mêda com a ULS para debater estas matérias. No que respeita ao período natalício, reconheceu que a iluminação deste ano esteve bem conseguida e que a Avenida se encontrava visualmente apelativa. Contudo, lançou o desafio para 2026 no sentido de se dar um "salto" qualitativo, indo além da simples instalação de luzes. Recordou que o investimento rondou os 35 mil euros no último ano, estando previsto no próximo orçamento um valor de cerca de 70 mil euros, acrescido de um reforço que poderá elevar o montante para cerca de 150 mil euros destinados à quadra natalícia. Considerou tratar-se de um valor significativo, defendendo que, com essa dotação, o concelho deverá apostar numa programação natalícia mais abrangente e diferenciadora. Relativamente à presença do município na BTL, através da CIM, voltou a manifestar preocupação quanto à imagem institucional apresentada. Embora demonstrando respeito pelo brasão histórico do concelho, defendeu que, em contextos promocionais e de concorrência com outros municípios, é fundamental apostar numa identidade visual mais moderna, apelativa e arrojada. Sabendo que houve um reforço recente da equipa de comunicação, sublinhou que, a renovação da imagem e do logótipo municipal deveria constituir uma prioridade estratégica, de forma a posicionar o concelho de forma mais competitiva em certames futuros. Felicitou igualmente o Senhor Presidente pela iniciativa de show cooking dedicado aos "grelos à pobre", realizada no Mercado da Terra, considerando tratar-se de um primeiro passo positivo na valorização da gastronomia local. Referiu que o território, integrado na região Douro e Beiras, se afirma ao nível do vinho, mas que deveria apostar de forma mais clara e consistente na promoção da gastronomia, associando-a ao setor vitivinícola. Salientou a importância de envolver os restaurantes locais e os jovens chefs que estão a iniciar atividade, apoiando-os e dando-lhes visibilidade, de modo a evidenciar as tradições locais e reforçar um fator competitivo relevante para o concelho. Deixou, contudo, algumas notas críticas, referindo que, apesar de não se terem verificado intempéries com a gravidade de outros territórios, continuava a verificar-se a entrada de água em edifícios municipais, designadamente nas Piscinas, na Casa da Cultura e na Nave de Exposições, situação que considerou desadequada, sobretudo quando os espaços permanecem com baldes durante períodos de chuva. Recordou ainda que, ao longo dos últimos quatro anos, têm sido inscritas no orçamento verbas para obras no pavilhão desportivo e nas piscinas municipais, com reforço sucessivo de cabimentação, salientando que, se as intervenções não forem executadas, os custos continuarão a aumentar e os problemas a manterem-se. Seguidamente deixou também uma nota de que, não podiam ser socialistas de convicção ou socialistas de conveniência. Referindo que, pelo menos, ele não o era. Manifestou que não fazia sentido falar da doutora Ana Abrunhosa apenas quando isso nos dava jeito ou quando havia interesse circunstancial, referindo que é uma pessoa da nossa terra, a quem já reconhecemos mérito e bem, mas esse reconhecimento não podia surgir apenas por conveniência. Acrescentou ainda que, passado o período das presidenciais, não podíamos mudar o discurso conforme os resultados. Manifestou que, os socialistas quem antes tanto criticou o agora Presidente da República, Doutor António José Seguro, não podia, por mera conveniência, passar a considerá-lo agora o melhor Presidente. Por último, apresentou os seus parabéns ao então Presidente da República eleito, Doutor José António Seguro. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** saudou e cumprimentou a pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, todo o Executivo Municipal, os colegas Deputados, os Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente. Referiu que, tendo o "rótulo" de socialista, não tinha compreendido a parte final da intervenção anterior. Recordou que está na Assembleia desde 2005 sendo militante desde 1997, afirmando não ter percebido a critica feita relativamente à doutora Ana Abrunhosa. Sublinhou que a doutora Ana Abrunhosa foi ministra e que, nessa qualidade, honrou o concelho, tendo sido recebida com dignidade pelo Presidente de Câmara naquela altura Professor Anselmo Sousa. Recordou que lhe foram entregues as chaves do concelho e que foi amplamente elogiada. Acrescentou que, no mandato anterior, quando fizeram uma pequena praça na sua aldeia, Vale do Porco, dando-lhe o seu nome o Partido Socialista considerou que tal reconhecimento era pouco. Defendeu, por isso, que o reconhecimento nunca aconteceu "quando dava jeito", mas sempre elogiada por eles. Recordou ainda que, as eleições de 2013, integrou uma lista diferente daquela em que a doutora Ana Abrunhosa participou como independente, questionando qual seria o problema disso, uma vez que o elogio e o respeito se mantiveram. Referiu inclusivamente que, mais tarde, foi feito um acordo, foram para a CIM os dois numa lista em conjunto, reafirmando que não compreendia a ideia de conveniência política. Explicou que mencionou o nome da doutora Ana Abrunhosa num voto de solidariedade por considerar que ela identifica o território, referindo que a ouviu recentemente falar da sua terra, no concelho de Mêda, o que considerou motivo de orgulho. Quanto à eleição para o Presidente da República, afirmou que a vitória de António José Seguro representou a escolha de um homem moderado, entendendo que o resultado demonstrou que o radicalismo não prevaleceu, o que, na sua opinião, deveria honrar todos. Questionou, as razões pelas quais o candidato adversário PSD não obteve vitória, afirmando que a divisão determinou o resultado eleitoral, referindo que dois partidos apoiaram Luís Marques Mendes, enquanto o Partido Socialista se uniu em torno de um candidato moderado, o que, na sua opinião, permitiu a eleição de António José Seguro como Presidente da República. Recordou que António José Seguro esteve na Mêda e assinalou que o professor Anselmo Sousa, referindo que foi um dos presidentes de câmara que o apoiou enquanto secretário-geral. Sublinhou que, no seu partido, não existe qualquer pudor, mágoa ou constrangimento em relação ao passado. Defendeu que o Partido Socialista é um partido democrático, plural, com várias sensibilidades internas, onde quem vence deve liderar. Acrescentou que não tinha percebido a crítica feita anteriormente, considerando que o tema nunca tinha sido ali trazido e que, por isso, entendeu responder dessa forma. Retomando o que considerou verdadeiramente relevante para a comunidade, referiu que, numa caminhada que realizou, constatou que, em quatro rotundas da cidade de Mêda, existem dezasseis outdoors, dos quais apenas três estão a ser utilizados. Considerou tratar-se de uma questão paisagística e de imagem urbana que o incomoda, salientando que não é a primeira vez que aborda o assunto, já o tendo feito em mandatos anteriores. Defendeu que as rotundas, tanto na Mêda como noutros concelhos, não devem tornar-se espaços feios. Nesse contexto, elogiou a prática adotada por Alberto João Jardim, referindo que, após as eleições, toda a propaganda era retirada no próprio dia, defendendo que esse deveria ser também um princípio a adotar, por uma questão ambiental e paisagístico, deixando essa sugestão, pois embelezava as próprias rotundas. Relativamente à iluminação de Natal, recordou que já tinha feito esse reparo em dezembro, salientando que a mesma foi retirada apenas quase em fevereiro, o que, na sua opinião, transmite uma imagem negativa. Referiu que as iluminações foram instaladas tardiamente e também removidas demasiado tarde, e no dia 28 de janeiro, ainda se encontrar

instalada a árvore de Natal. Quanto à comunicação, concordou com o Deputado Marco Saldanha que referiu que aparenta ter havido um reforço da equipa, sublinhando a importância de saber comunicar. Contudo, manifestou dúvidas quanto à eficácia desse reforço, referindo que os e-mails enviados contêm erros. Deu como exemplo uma comunicação recente sobre uma exposição na Casa da Cultura, cuja data indicava 2025, o que considerou não estar a funcionar. Acrescentou ainda que apenas nessa semana foram retirados os "mupis" que desejavam boas festas, apesar de já ter passado o Carnaval, o que, na sua opinião, evidencia descoordenação na comunicação. Relativamente ao desfile de Carnaval, considerou que deveria ter havido maior cautela face às previsões meteorológicas. Referiu que houve crianças que acabaram por se molhar desnecessariamente e que outros municípios, perante condições semelhantes, comunicaram atempadamente alterações ou cancelamentos, referiu que teve duas filhas que acabaram por se molhar no desfile, situação que considerou inaceitável e que, na sua opinião, não deveria voltar a acontecer. Retomando outros assuntos, abordou o Fundo de Emergência Municipal (FEM), já sinalizado na CCDR, explicando que este instrumento abrange intervenções relacionadas com incêndios, reconstrução de muros, valetas, sinalização vertical e horizontal, pinturas de estrada e gestão de matos, entre outras. Salientou que o acordo entre os municípios da CIM estará para breve e recordou que, em termos percentuais, Mêda foi o concelho mais afetado pelos incêndios, situação tornada pública aquando da declaração de calamidade. Referiu ter conhecimento de que alguns municípios já divulgaram os montantes a receber, dando como exemplo Fornos de Algodres, que, apesar de ter tido uma área ardida de um quarto, é inferior à de Mêda, e irá receber cerca de dois milhões de euros. Mencionou ainda outros concelhos que receberão quatro ou cinco milhões, embora tenham sido menos afetados. Nesse sentido, questionou qual será o valor destinado a Mêda, admitindo que, pela dimensão dos danos, deveria ser semelhante ou superior ao desses municípios. Manifestou esperança de que o montante a atribuir, embora nunca suficiente para cobrir todos os prejuízos, seja justo e proporcional à dimensão da calamidade vivida no concelho. Quanto à presença em certames como a BTL ou a FITUR, declarou concordar com a necessidade de uma identidade própria e diferenciadora. Recordou que tem defendido há vários anos a importância de uma marca que identifique claramente o concelho. Sublinhou que não basta marcar presença nestes eventos sem uma estratégia de comunicação bem definida e diferenciadora. Considerou que, muitas vezes, os municípios acabam por comunicar entre si, dirigindo-se a quem já os conhece, em vez de alcançarem novos públicos. Defendeu, por isso, a necessidade de uma estratégia concertada no âmbito da CIM, apelando a que, nestas matérias, se ultrapassem divisões partidárias e se trabalhe de forma articulada entre os quinze municípios, para que a promoção do território seja eficaz e verdadeiramente orientada para o exterior. Referiu que existem municípios com produtos diferentes dos nossos, que procuram dinamizar e promover o território, mas considerou que o retorno obtido não é, na sua perspetiva, proporcional ao investimento realizado. Defendeu, por isso, que deve ser repensada a estratégia. Sublinhou que esta é uma crítica que dirige não apenas ao seu município, mas ao conjunto da CIM e a todos os presidentes de câmara, por entender que se trata de uma fragilidade que já vem de trás. Deu como exemplo o fim de semana de Carnaval, durante o qual se realizaram certames idênticos em vários municípios em simultâneo, o que, na sua opinião, demonstra falta de articulação e prejudica o impacto e a diferenciação de cada iniciativa.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado António Almeida. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado António Almeida,** apresentou os seus cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, às Senhoras Secretárias, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores

Vereadores do Executivo e da oposição, aos Senhores Deputados, aos Senhores Presidentes de Junta, ao público presente e à funcionária que presta apoio à sessão. Assinalou que se tratava da primeira reunião do ano, desejando um bom ano a todos. Referiu que, independentemente da época, é sempre um bom momento para desejar coisas boas, deixando essa mensagem de esperança e positividade. Entrando nos assuntos, destacou que já se tinha falado de património, afirmando que o maior património da Mêda começa pelas pessoas. Nesse contexto, abordou a questão da saúde, considerando que a situação é grave e que o setor está, nas suas palavras, "muito doente". Entendeu que não basta uma solução provisória, mas sim uma intervenção profunda e estruturada que assegure cuidados de saúde adequados à população. Sublinhou que existe consenso na sala e junto da comunidade quanto à necessidade de agir. Reconheceu que poderá não haver uma solução simples ou consensual e admitiu não ter uma resposta concreta, mas afirmou confiar no Senhor Presidente da Câmara para encontrar um caminho que permita resolver o problema. Manifestou deixando essa confiança expressa, em nome pessoal e também em representação dos que nele votaram, manifestando a expectativa de que a situação venha a ser efetivamente solucionada. Destacou que não se pode pensar na vida quotidiana da população da Mêda como se fosse normal que, ao ter um problema de saúde, o primeiro recurso fosse recorrer a outro concelho. Sublinhou que há cidadãos em locais como Coriscada, Fonte Longa ou Ranhados que, ao sofrerem pequenos acidentes, tenham de pensar logo em ir para Foz Côa. Enfatizou que desistir da própria Mêda significa abdicar do seu maior património: as pessoas. Reconheceu que existem pequenas questões, desde calçadas danificadas, á pessoa que não consegue entrar dentro de casa, buracos nas estradas, taludes e iluminação pública que não funciona, muitas e muitas outras coisas. Propôs uma solução prática: criar uma equipa de trabalhadores com autonomia para agir no dia a dia, resolvendo problemas sem depender de despacho do presidente ou de vereadores. Sublinhou a importância de dar não apenas autonomia, mas também responsabilidade a esta equipa, para garantir a manutenção da qualidade de vida da população. Em campanha eleitoral, referiu que, na altura, conversava com o que pensava ser o futuro Presidente, o professor Anselmo Sousa e transmitia-lhe que gostava que ele cria-se "a equipa do betão", essa equipa sairia de manhã, percorreria a avenida, identificaria qualquer buraco ou problema e trataria de imediato arranjar. Por último, destacou que, além das pessoas, que são o verdadeiro património, existe também o património edificado que precisa de ser acautelado. Esse património não se protege apenas corrigindo taludes, caminhos ou postes caídos, é necessário um cuidado formal e estruturado. Afirmou que, já vem chamando a atenção para isto desde o seu primeiro mandato. Manifestou que, a Mêda não possui uma estratégia clara para identificar o seu património mais valioso. Embora se fale do castelo em Marialva, na Coriscada o Vale Moro em Ranhados um castelo, referiu que não existe uma classificação oficial do que é considerado património de interesse municipal. Citou como exemplo uma situação concreta na Coriscada: um solar, seguramente de interesse municipal, que se encontra praticamente em ruínas, mas salientou que, se aquele imóvel desaparecesse, toda a comunidade notaria a perda. Atualmente, existem grandes problemas para encontrar pessoas capazes de intervir nesse património, e nem se discute apenas o valor material, mas também a preservação das pessoas e da memória associada. Por isso, reforçou a importância de classificar oficialmente os bens de interesse municipal e definir claramente o que deve ser feito cada vez que se intervém no património do concelho. Referiu que, se está no início do ano e ainda numa fase inicial do mandato, entendendo que é necessário definir uma estratégia. Recordou que, no mandato anterior, foi apresentada uma estratégia pelo então Presidente da Assembleia, a qual foi dito um conjunto de ideias e palavras, mas que, no seu entender, não teve desenvolvimento prático visível. Referiu que tinha de admitir essa realidade tal como a percecionava. Afirmou que, enquanto Deputado, considera que o Senhor Presidente dispõe, neste momento, das maiores

capacidades que algum presidente teve nos últimos tempos. Mencionou que o Doutor Mourato teve, na altura da entrada na CEE, a oportunidade de beneficiar de muitos fundos, mas que, atualmente, o Senhor Presidente César Figueiredo reúne igualmente condições favoráveis, nomeadamente através do PRR e do PTRR, acrescentando ainda um fator que considera determinante: o tempo. Salientou que o Senhor Presidente dispõe de tempo para delinear e concretizar uma estratégia. Referiu que a sua bancada poderia não apreciar esta afirmação, mas considera que o Senhor Presidente tem potencial para exercer funções durante doze anos à frente da Câmara, que é o limite máximo legal. Esclareceu que tal não significa que preveja ou aceite essa continuidade sem oposição, pois afirmou que continuará a lutar politicamente contra o Senhor Presidente, mas reconhece que existe esse potencial e, consequentemente, tempo para executar uma estratégia estruturada. Apelou à concretização dessa estratégia, afirmando que o concelho de Mêda necessita de uma estratégia definida e, sobretudo, da sua efetiva concretização, de modo a ser possível valorizar o património e as pessoas do concelho, concluiu agradecendo. ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** que começou por referir que pretendia apenas deixar duas ou três notas relativamente ao órgão, manifestando satisfação pelas intervenções realizadas e considerando que todos estão em processo de aprendizagem. Salientou que a democracia é o espaço onde todos aprendem e que é fundamental o respeito mútuo, reconhecendo que esse respeito tem existido entre todos, pelo que se congratulou com essa postura. Referiu que pretendia ainda deixar dois ou três apontamentos que considera pertinentes para a Câmara Municipal. Sublinhou que a Assembleia Municipal não é, nem deve ser, um órgão opositor ao atual executivo. Entende que a função da Assembleia passa por aprovar, deliberar, fiscalizar e apoiar tudo aquilo que seja necessário e que o Presidente da Câmara apresente, para que possam cumprir a sua missão. Reconheceu que existem muitos problemas que poderiam ser trazidos à discussão, uma vez que as solicitações, pedidos e apoios acabam por recair tanto sobre o órgão executivo como sobre o órgão deliberativo. Contudo, salientou que a sua missão não é executiva, mas sim deliberativa. Esclareceu que não dispõe, nem os membros da Assembleia dispõem, de meios para executar diretamente ações, sendo essa competência da Câmara Municipal. Referiu que a Assembleia pode apresentar sugestões, sempre com respeito, considerando que tal postura foi, em geral, observada na sessão, com uma ou outra exceção. Acrescentou que alguns membros ainda estarão em processo de aprendizagem, enquanto outros já contam com vários mandatos, devendo todos saber conviver com essa diversidade de experiências. Referiu, a propósito do exemplo mencionado de Ana Abrunhosa, que reconhece nela uma figura relevante do concelho, não tendo dúvidas quanto à sua importância. Informou ainda que, relativamente às situações mais recentes, os projetos já foram elaborados pela Proteção Civil, encontram-se na CCDR e deverão ser aprovados. Sublinhou a importância de união e trabalho conjunto, destacando que o concelho é pequeno e que todos devem remar para o mesmo lado, com o objetivo de que, dentro de quatro anos, se possa reconhecer que valeu a pena o esforço coletivo. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara, António Cesar Figueiredo.** ----------

Usou da palavra **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente, os membros da Mesa, os Senhores Vereadores, incluindo os da oposição, os Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta e o público presente. Referiu que, sendo essa a sua forma de estar, entendia dever salientar que, existindo tantos problemas no concelho da Mêda quer nas freguesias, quer na sede do concelho, afetando

diversas pessoas se tem falado excessivamente de Ana Abrunhosa e de outros concelhos, como Coimbra, que merecem todo o apoio, mas sublinhou que o foco deve ser o próprio concelho da Mêda. Frisou que fazia esse reparo enquanto Presidente da Câmara, por corresponder à sua maneira de ser e de estar. De seguida, indicou que seria breve e direto, esclarecendo que, apesar da exposição efetuada pelo Senhor Norberto que considerou pertinente e da referência feita pelo Deputado Marco Saldanha no sentido de que outros Presidentes de Junta deveriam proceder de igual modo, importa referir que todos os Presidentes de Junta, sem exceção, já lhe fizeram chegar as suas pretensões, igualmente de forma exaustiva. Acrescentou que responde a todos sem exceção e que procurará fazer o melhor possível, embora não consiga satisfazer todos os pedidos apresentados. Referiu que, no mandato anterior, o Deputado Pedro Lourenço trazia, no início, um caderno com um conjunto alargado de apontamentos e prioridades, os quais foram sendo progressivamente reduzidos. Manifestou a expectativa de que, no atual mandato, aconteça o mesmo que o conjunto de necessidades inicialmente identificado venha a diminuir e não a aumentar reconhecendo, contudo, que não será possível concretizar tudo, quer por limitações humanas, quer por limitações financeiras. Sublinhou que, em nome da transparência, da política, dos agentes políticos e da sociedade, deve ser dito claramente o que é possível fazer, evitando promessas constantes que não possam ser cumpridas. Defendeu que é para isso que existem prioridades, ordens de trabalho e decisões, quer no órgão executivo, quer na Assembleia Municipal havendo prioridades definidas, outras matérias deixarão, necessariamente, de o ser, devendo existir esse enquadramento e orientação. Relativamente à comunicação, reconheceu que o Executivo foi criticado no passado por alegadas falhas nessa área. Considerou que, caso existam insuficiências, é necessário investir e assumir a responsabilidade pelo trabalho desenvolvido. Informou que a comunicação apresenta atualmente uma nova imagem, implementada há cerca de três ou quatro semanas, defendendo que deve ser dado tempo para que o trabalho produza resultados. Entende que essa renovação permitirá responder melhor às pretensões das pessoas, quer ao nível da forma de comunicar, quer da transmissão das decisões e da execução do trabalho do Presidente da Câmara, do Executivo e da própria autarquia. Informou que foi elaborado, pela primeira vez, um calendário anual de eventos, abrangendo todo o ano civil. Referiu que os eventos foram articulados com as associações e com as Juntas de Freguesia, com o objetivo de evitar a sobreposição de iniciativas no mesmo dia ou fim de semana, com exceção do mês de agosto, período em que tradicionalmente se realizam as festas nas aldeias, muitas delas coincidentes entre si e, por vezes, também com eventos na cidade da Mêda. Salientou que, mais do que eventuais louvores ao Executivo, importa reconhecer que este calendário constitui uma ferramenta relevante para a Câmara e para a Assembleia, permitindo dar previsibilidade aos eventos. Admitiu que os eventos podem e devem ser alvo de crítica quanto às datas, ao formato ou à organização, mas destacou que o facto de estarem calendarizados representa um passo importante em termos de democracia e transparência. Informou ainda que o calendário será atualizado de dois em dois meses, explicando que, por ter sido implementado este ano, nem as Juntas de Freguesia, nem a Câmara, nem as associações estavam ainda totalmente preparadas para fornecer todos os elementos necessários no momento inicial. informou que o calendário de eventos será objeto de atualizações a cada dois ou três meses, permitindo acompanhar o que foi realizado, o que está previsto e eventuais cancelamentos, uma vez que pode ocorrer a desistência de iniciativas por parte de freguesias ou associações. Reforçou, por isso, a importância de permitir que o setor da comunicação desenvolva o seu trabalho. Referiu ainda que a comunicação não deve limitar-se às redes sociais ou à projeção externa do concelho, mas deve igualmente incidir no plano interno, designadamente através da divulgação das reuniões de Câmara e das sessões da Assembleia Municipal. Defendeu que a Câmara e a Assembleia devem ser dotadas dos meios necessários para, num futuro próximo,

possibilitar a transmissão dessas reuniões, considerando tratar-se de um passo relevante em termos de transparência. Contudo, esclareceu que tal apenas deverá avançar quando estiverem reunidas as condições técnicas e de conforto necessárias, manifestando confiança de que será possível concretizar essa medida durante o presente mandato. Relativamente à Proteção Civil, deixou uma palavra de reconhecimento às associações, empresários e empreiteiros que doaram materiais, posteriormente transportados pela Câmara para a zona de Leiria. Destacou o envolvimento de diversas associações, cujo contributo ajudou a atenuar o sofrimento das populações afetadas. Acrescentou que tem participado em várias reuniões da CCDR, onde tem defendido os interesses do concelho com determinação, referindo, contudo, que, perante a dimensão do que ocorreu em Leiria, se pode considerar que o concelho da Mêda foi sortudo. Referiu que, ao reclamarmos ou apresentar preocupações, é necessário ter consciência do sofrimento das outras regiões. Contudo, destacou que o concelho da Mêda também está a ser prejudicado, uma vez que os recursos e investimentos estão a ser alocados prioritariamente para a zona de Leiria. Explicou que, se as verbas, empresários e dotações orçamentais estão direcionados para aquela região, o concelho da Mêda sofre impactos indiretos e não pode ser discriminado nesse processo. Considerou, positiva a decisão do governo de alargar o apoio a todos os municípios, e não apenas aos noventa inicialmente sinalizados, reconhecendo que todos, sem exceção, serão afetados pelas consequências do ocorrido a centenas de quilómetros. Referiu ainda que o deputado Herminio Albino deu o exemplo do autarca de Vinhais e sublinhou a importância de valorizar boas ideias. Nesse âmbito, apresentou medidas implementadas no concelho relativas à Proteção Civil, nomeadamente a criação de postos de abastecimento de água nas freguesias, utilizando furos, de modo a garantir capacidade de resposta em situações de necessidade da comunidade ou dos bombeiros. Informou que alguns desses postos já estão operacionais e que a execução continuará. Manifestou que a Proteção Civil deve ir mais além, tendo sido dadas indicações para que determinados edifícios como escolas, centro de saúde, Câmara Municipal e Centro de Operações de Proteção Civil sejam dotados de energia elétrica independente, de modo a manter comunicações ativas mesmo em situações de apagão ou incêndio. Salientou que, embora algumas infraestruturas fossem consideradas obsoletas há dez anos, atualmente são essenciais para assegurar comunicação eficaz, representando um grande desafio para o concelho. Prosseguiu, respondendo ao Deputado António Almeida, a quem demonstrou muita consideração, considerando pertinentes as suas observações. Referiu que uma característica pessoal sua é não desistir facilmente e que esse espírito orienta a sua atuação neste mandato, especialmente quando se trata do concelho da Mêda. Salientou que não se preocupa com a duração total do seu mandato oito ou doze anos, uma vez que tal dependerá da sua vontade, do povo e de quem o possa apoiar. Reforçou que a sua responsabilidade se concentra nos quatro anos do mandato atual, devendo projetar o concelho de acordo com as necessidades imediatas, sem deixar de pensar no futuro de dez, quinze ou vinte anos, de modo a que infraestruturas e serviços essenciais não fiquem desfasados. No âmbito da Proteção Civil, respondeu também ao deputado Cláudio Heitor Rebelo, que colocou questões sobre candidaturas, referiu que não separa as candidaturas particulares das necessidades públicas, lembrando que o concelho, como um todo, sofreu impactos que afetaram tanto nas entidades públicas quanto nas particulares. Manifestou que acredita que o concelho só poderá recuperar plenamente se houver empreendedorismo privado, criação de riqueza e geração de empregos no setor privado, destacando a importância do setor privado no desenvolvimento local. Sublinhou que a Câmara Municipal deve cumprir o seu papel, mas que o setor privado precisa de ser apoiado. Destacou que é necessário usar arte e inteligência para que as pessoas com capacidade e iniciativa, existentes fora da Câmara, possam investir sem que o município se torne um obstáculo, antes, a autarquia deve agilizar os processos e facilitar os investimentos. Referiu que

este posicionamento está em linha com o compromisso assumido na sua tomada de posse, nomeadamente de dotar a Câmara, nos primeiros três meses do ano, de uma estratégia de mobilidade. Nesse sentido, está a ser implementado o PMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, para permitir que pessoas vindas de Lisboa, Porto ou Algarve consigam chegar à Mêda sem dificuldades de acesso, eliminando desculpas relacionadas com distâncias a localidades vizinhas como a Guarda ou Trancoso. Manifestou ainda o objetivo de atrair um grande investimento privado ou de várias empresas de modo a demonstrar que o concelho tem capacidade para acolher projetos em áreas como metalomecânica, agroindústria ou outras, criando riqueza, postos de trabalho e dinamizando as populações e os nossos territórios. Mencionou que, neste espírito de desenvolvimento e valorização do concelho, irá lançar ainda este mês a discussão relativa ao feriado municipal, que ainda não foi definido, para permitir o envolvimento da comunidade. Esclareceu que a questão do feriado municipal não será imposta. Explicou que pretende apenas abrir a discussão na Câmara Municipal, permitindo que os membros debatam se mantêm o feriado atual ou se desejam alterá-lo, sem que haja qualquer imposição por parte do Presidente da Câmara ou da própria autarquia. Destacou que existe, neste ponto, um pensamento comum entre o Executivo e, mesmo em relação à oposição, reconheceu críticas diversas, algumas aceitáveis e outras não, mas concordando no essencial: a decisão deve resultar de discussão na Assembleia. De seguida, abordou a situação das candidaturas relacionadas com os incêndios, no âmbito da Proteção Civil. Referiu que, até ao momento, o concelho da Mêda recebeu 837 candidaturas com valor total superior a 10 milhões de euros. Destas, 473 estão controladas, das quais 370 já foram pagas, correspondendo a aproximadamente 1,5 milhões de euros, e o valor global das candidaturas controladas é de cerca de 4 milhões de euros. Esclareceu que, em comparação com outros concelhos afetados, como Trancoso, Pinhel ou Sabugal, a Mêda apresenta um número maior de candidaturas e valores mais elevados por exemplo, Trancoso registou menos candidaturas e cerca de 2 milhões de euros a menos em termos de candidaturas particulares. Referiu que, no momento, das candidaturas da Câmara em execução, está a ser processado um montante de 68 mil euros, reforçando que se trata de dados concretos e públicos, sem evasão a nenhuma questão. Informou que a Câmara tem em adjudicação mais 48 mil euros, destinados à manutenção e melhoria dos caminhos, o que beneficiará os Presidentes de Junta, uma vez que o programa prevê a colocação de máquinas nas áreas ardidas, evitando que as freguesias suportem financeiramente essas intervenções. Referiu que conhece bem a realidade dos recursos limitados das juntas, tendo ele próprio exercido essa função. Indicou ainda que, na barragem de Ranhados, estão disponíveis 50 mil euros, com mais 70 mil euros submetidos, destinados à contenção das cinzas e ao corte de árvores desde novembro, prevenindo que estas cheguem à barragem. Referiu uma candidatura específica que visa resolver a questão do talude de Longroiva, mencionando que tecnicamente se prevê uma intervenção em betão ou rede no lado direito do percurso acima de Longroiva, visando prevenir quedas, como a que ocorreu há aproximadamente três semanas junto às termas. Caso esta candidatura não avance, será necessário recorrer a meios próprios da Câmara. Abordou também a sinalização horizontal e vertical em todo o concelho, esclarecendo que a sinalização horizontal deverá ser implementada no verão, garantindo a segurança. Mencionou um investimento de cerca de 1 milhão de euros para a reabilitação do asfalto que liga Fonte Longa, Mêda e Longroiva. Esclareceu que não se trata de uma pavimentação completa, mas da aplicação de um polímero de betão, similar a uma borracha, destinado a preencher e garantir uma superfície plana para circulação segura. Relativamente à toponímia, referiu que a implementação será efetuada ainda este ano, em todas as freguesias, incluindo a colocação efetiva dos números de polícia. Salientou que não fará comparações entre juntas de freguesia quanto ao desempenho, reconhecendo que existem insuficiências em algumas, mas assumiu o compromisso de concluir o trabalho dentro do

prazo. Admitiu que, caso haja atrasos de um ou dois meses, isso será assumido, mas o objetivo mantém-se firme. No âmbito da Proteção Civil, reiterou a intenção de dotar os espaços com geradores autónomos e informou que já está em curso o processo de aquisição de geradores, que poderão ser cedidos a empresas que necessitem de eletricidade em caso de apagão ou insuficiência energética. Referiu ainda que a Câmara sinalizou à CCDR os prejuízos decorrentes das intempéries, incluindo danos em escolas primárias e vias de comunicação, muitas das quais já tinham sido intervencionadas, mas sofreram deterioração devido aos eventos climáticos. Substituiu que, tecnicamente, a responsabilidade pelos danos não recai sobre as obras executadas, mas são consequência das intempéries. Explicou que, caso certas medidas ou solicitações não sejam imediatamente aceites, a Câmara e a Proteção Civil estarão disponíveis para resolver as situações. Salientou que há um conjunto de sinalizações que envolvem particulares, os quais devem sempre dirigir-se à Proteção Civil, evitando sobrecarregar as Juntas de Freguesia, dado que os meios disponíveis variam conforme a região sendo diferentes no Douro e nas Beiras. Referiu que, dependendo da área afetada, poderá haver possibilidade de reconstrução de muros e outras intervenções, mas que existe uma grande quantidade de informação a processar e prazos muito apertados. Mencionou que, segundo informação recente do ministro, não há dinheiro disponível para todas as necessidades, pelo que não se pode garantir financiamento total. Acrescentou que os critérios de aplicação dos apoios ainda não estão definidos, mesmo pelos técnicos da CCDR, que estão atualmente a realizar inventários e sinalizações, sobretudo na zona de Leiria, e a fiscalizar danos resultantes dos incêndios. Manifestou que se trata de um processo dinâmico, que exige capacidade de adaptação e compreensão das limitações do país. Sublinhou que, mais do que apontar falhas aos presidentes de Câmara, presidentes de Junta ou governantes, é necessário perceber que Portugal não é um país rico e que as opções e recursos devem ser geridos da melhor forma possível, com prioridade e responsabilidade na aplicação dos meios disponíveis. Sublinhar que, atualmente, há uma sobrecarga significativa para os presidentes de Câmara e para as autarquias, sem exceção, uma vez que todos sofreram prejuízos devido aos incêndios. Da Proteção Civil, explicou que a maior dotação de apoios, sobretudo no setor privado, decorre da elevada devastação sofrida pelo concelho, conforme mencionado pelo deputado Cláudio. Manifestou que, idealmente, os dez milhões de euros de apoio não teriam sido necessários, mas devido aos danos ocorridos, houve necessidade de sinalizar este reforço. Esclareceu que, embora haja apoios para particulares, nem todas as necessidades são cobertas, e que a sinalização do PEPAC não está incluída neste montante. Explicou o funcionamento do sistema: numa primeira fase, as candidaturas eram de até 10 mil euros, numa segunda até 15 mil, e que apenas após validação dos técnicos os empresários podem recorrer ao PEPAC, que é comparticipado a cem por cento, mantendo constrangimentos próprios. Referiu que na Proteção Civil apresentou os dados de forma transparente e baseada no seu conhecimento direto. Sobre o trânsito de veículos pesados, respondeu ao Deputado Hermínio Albino, esclarecendo que o Presidente Norberto Tairum já indicou os pontos a discutir, nomeadamente se a passagem de pesados deve ser permitida em Longroiva ou não tendo em conta os constrangimentos associados. Sublinhou que, se o Presidente da Junta local considera necessário discutir a questão, não cabe ao Presidente da Câmara inviabilizar o debate. Manifestou que, no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), estão a ser definidas as áreas onde o trânsito pesado, e até o trânsito ligeiro, deverá ser restringido, de forma planeada e organizada. Referiu que a questão da priorização de investimentos, referindo que há necessidade de fazer escolhas face às múltiplas solicitações recebidas. Manifestou que, no que diz respeito ao saneamento, todas as pessoas têm acesso, mas existem casos em que particulares construíram casas em locais onde a Câmara não tem obrigação de intervir. Explicou que, quando a rede de saneamento passa a uma cota mais elevada

do que a casa, a responsabilidade pela bombagem até à rede é do próprio proprietário. Mencionou o exemplo da Fonte da Concelha, onde alguns proprietários optaram por não se ligarem à rede pública e preferiram manter fossas sépticas, apesar de terem sido disponibilizadas soluções de ligação com centrais de bombagem, esforço que o executivo anterior tentou implementar. Em seguida, dirigiu-se ao deputado José Vítor Trigo, manifestou que entende que este espaço seja de grande importância para ele, mas que tem de ter respeito na forma de se dirigir aos outros, afirmou que, por conhecer e percorrer todo o concelho, conhece muito bem a realidade local, mas que isso não significa que consiga resolver todos os problemas sozinho. Recordou que o Deputado Zé Vítor Trigo, em outubro daquele ano, tinha entrado na sua sede de campanha da AD e afirmado que ele seria o melhor candidato e presidente que a Mêda podia ter, observando que, em apenas quatro ou cinco meses, essa opinião mudou. Relativamente à ULS da Guarda, explicou que participou pessoalmente em todas as reuniões mensais, acompanhado pelo seu chefe de gabinete, por considerar os assuntos da saúde muito importantes. Esclareceu que, em reuniões do centro de saúde em que não é necessário estar presente todos os meses, indica alguém da sua equipa para participar e informa-se posteriormente para tomar decisões fundamentadas. Afirmou que é necessário compreender que a situação atual da saúde resulta de uma estratégia montada há anos, e que não se trata de apontar o dedo a ninguém, reconhecendo que quando critica, parte dessa crítica também recai sobre si próprio. Explicou que politicamente aceitaram, ao longo dos anos, a forma como a USF foi instalada e como a saúde era gerida, mas que, no presente, a sua responsabilidade é resolver os problemas atuais. Esclareceu que não se interessa por estruturas como a USF, a ULS ou outros departamentos em si, mas sim pela saúde dos cidadãos da Mêda. Para lidar com a urgência da situação, decidiu criar um grupo de trabalho, definido pelos líderes das bancadas, e indicou que desconhece se os membros desse grupo já foram contactados para uma reunião extraordinária com os representantes da ULS. Assumiu que o problema principal recai sobre si, na qualidade de presidente da Câmara, mas que também é sua responsabilidade envolver todos os interessados na discussão. Explicou que, relativamente ao centro de transportes, este já é uma realidade, mas ainda não foi formalizada a escritura, e surgiu um ponto para decidir sobre o aval financeiro. A sinalização foi respondida, e os pontos de carregamento elétrico estão incluídos no plano de mobilidade, sendo necessário definir onde serão instalados. Espera-se que, durante o mandato, seja possível aumentar significativamente o número de pontos de carregamento, dado que atualmente são poucos e com capacidade limitada, obrigando os veículos a longos períodos de carregamento durante a noite. Em relação às obras, incluindo piscinas e Casa da Cultura, reconheceu que é importante fazer novos investimentos, mas também é necessário avaliar as obras mais antigas, de vinte ou trinta anos, que não têm dotação financeira suficiente para serem todas executadas. Informou que há 4,2 milhões de euros disponíveis, mas apenas a intervenção na Casa da Cultura e nas piscinas consumiria cerca de 2 milhões de euros se fosse feita na totalidade. Sublinhou que, por isso, é preciso fazer opções, como priorizar a substituição do telhado ou tentar realizar o projeto na sua totalidade. Relativamente a questão dos outdoors, concordando com o Deputado Cláudio Heitor Rebelo, reconhecendo que os outdoors sinalizam a presença de partidos políticos e têm algum enquadramento legislativo, mas considerou que não é um bom exemplo ter 16 outdoors e apenas dois em uso, defendendo que isso não dignifica as rotundas. Sobre o desfile de Carnaval, explicou que a sua realização no pavilhão foi uma decisão combinada com a vereadora, o diretor do Agrupamento de Escolas e a Proteção Civil, face às condições do dia, mas que, na sua ótica, o desfile deve ocorrer na avenida, defendendo essa posição sem impor a decisão. Em relação ao Deputado António Almeida, que abordou a classificação de imóveis, reconhecendo que no passado não foi feito um grande trabalho e que é necessário agir de forma diferente. Explicou que a classificação permite que investidores e proprietários tenham acesso a avisos de forma

diferenciada, mas que não é da responsabilidade da Câmara adquirir todos os imóveis de interesse municipal, defendendo que essa questão deve ser tratada a nível privado. Por fim, salientou que alguns casos não têm condições para classificação e necessitam de tratamento específico. Concluiu a intervenção com um agradecimento, indicando que era tudo. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou a apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea c) do artigo 25° do do anexo I a que se refere o n° 2 do artigo 1° da lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** abriu o período de inscrições, tendo sido registadas três solicitações para uso da palavra: Cláudio Heitor Rebelo, Pedro Lourenço e Marco Saldanha. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Deputado Cláudio Heitor Rebelo. ----------

Usou da palavra o **Deputado Cláudio Heitor Rebelo**, começou por concordar com o colega Hermínio sobre a questão das luminárias, destacando que a luminária que mais identificava a cidade durante décadas era a Luz da Beira, no topo do morro do castelo e que esta já estava fundida há muito tempo. Elogiou a intervenção de Deputado José Vítor Trigo, lembrando que falar sobre postes e luminárias, são matérias pertinentes para debate, acrescentado que a "Luz da Beira" possui também um importante valor cultural, associado a poetas locais e ao jornal Luz da Beira, mas lamentou que essa luminária estava sem luz. Referiu que, na informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, todas as questões foram respondidas de forma concisa, mas apontou que a questão do FEM não foi totalmente esclarecida, indicando que será necessário comparar números dos danos particulares com aquilo que é o FEM e aquilo que o Município teve de obrigação, quando o acordo for assinado dentro de poucos dias e que, em abril, a situação será novamente avaliada. Mencionou a nova roupagem do documento, considerando-a uma melhoria, especialmente por evitar tornar maçuda a informação relativa à Casa da Cultura e ao cinema, e deu os parabéns. Destacou que suas críticas à comunicação têm como objetivo melhorar o serviço, e não desmerecer o trabalho. Manifestou criticas a atualização do site do município, lembrando que no final de janeiro ainda continha informações sobre o Natal, e apontou que, durante a primeira tempestade, a Mêda foi o único município da CIM que não emitiu alertas nos sites e redes sociais, ao contrário de outros municípios, justificando que a comunicação alegou evitar alarmismo. Referiu que a situação deveria ser entendida como uma crítica construtiva, salientando que, embora se estivesse a falar da Ana Abrunhosa nesse dia, a mesma tinha sido elogiada por ter conseguido atempadamente planear. Considerou que todos estavam naquele contexto porque viviam todos na Mêda e pretendiam viver melhor, sendo que o planeamento atempado contribuía para esse objetivo. Passando a dois assuntos da informação escrita, indicou que deixaria a questão da saúde para ultimo, referindo que tinha ideia de que os presidentes de câmara da CIM teriam reunido com as Águas de Portugal no mês anterior, manifestando interesse em saber se existiam novos tarifários. Esclareceu que tinha um agregado familiar de cinco pessoas, por vezes seis quando a sua sogra se encontrava presente, pagando, em média, cerca de cinquenta euros mensais de água. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos sobre eventuais aumentos, considerando tratar-se de um assunto que afeta diretamente os agregados familiares e a vida diária. Salientou que não tinha visto qualquer referência a essa matéria na informação escrita. Referiu igualmente que não encontrou informação sobre o PIPS, questão que já tinha colocado, enquanto técnico, à Senhora Vereadora, sem ter ainda obtido

resposta. Indicou não saber qual era a situação da equipa PIPS no concelho da Mêda, apesar de ter conhecimento de que existiam em outros municípios. Referiu que sabia da existência de candidaturas e que até alguns funcionários teriam transitado para outros programas, como o Radar Social de forma a não se perder cabimento orçamental associado à componente social. Solicitou esclarecimentos, considerando que o PIPS constituía um instrumento de promoção do sucesso escolar, que se pode envolver técnicos que poderiam contribuir para melhorar as aprendizagens dos alunos e a sua integração. Indicou que tinha conhecimento de que noutros municípios o programa se encontrava em funcionamento e que existiam candidaturas com enquadramento até 2029, mas que, até ao momento, não existia informação disponível no concelho da Mêda. Referiu que os pais não tinham conhecimento da situação, acrescentando que também era pai, e que alguns técnicos se encontravam preocupados por se manterem em regime de avença, o que gerava insegurança relativamente à continuidade das terapias em curso. Manifestou dificuldade em compreender como uma medida que considerava importante e estruturante na área da educação não dispunha de informação clara. Dirigindo-se à Senhora Vereadora, referiu que falava com franqueza enquanto pai e técnico, afirmando não ter conhecimento da situação, ao contrário do que sucedia noutros municípios. Acrescentou que o prazo das candidaturas terminava naquele dia, reforçando que a questão não constava da informação escrita, motivo pelo qual considerou pertinente apresentar o alerta. Acrescentou que a sua intervenção deveria ser entendida como uma crítica construtiva, salientando que, enquanto membros da assembleia, considerava importante que todos tivessem acesso a essa informação. Para terminar, apresentou apenas um apontamento adicional, referindo que já tinha sido feito no passado e que tinha sido mencionado pelo Senhor Presidente e pelo Deputado Marco Saldanha sobre a importância dos produtos endógenos, das marcas locais e do trabalho desenvolvido, nomeadamente no caso dos "grelos à pobre". Nesse sentido, deixou uma sugestão, indicando que poderia ser melhorada uma iniciativa anteriormente realizada, tendo em conta a proximidade da época da Páscoa. Recordou que, durante o período da pandemia, tinha sido promovida uma iniciativa de apoio à restauração, designadamente o festival associado ao Borrego, ligado à Churra Mondegueira, realizado na altura da Páscoa. Considerou que este tipo de eventos poderia contribuir para reforçar a identidade local, deixando a sugestão de que ainda poderia haver tempo para desenvolver uma iniciativa semelhante. Referiu ainda que a questão da restauração constituía um problema não apenas da Mêda, mas também de concelhos de baixa densidade e envelhecidos como o nosso. Indicou que, no concelho, era difícil encontrar locais abertos para jantar durante a noite, considerando tratar-se de um problema transversal a municípios com características semelhantes. Referiu que, ao questionar os responsáveis dos estabelecimentos sobre o motivo de encerrarem mais cedo, lhe era frequentemente transmitido que tal se devia à falta de clientes. Relativamente a questão da saúde, referiu que as urgências se encontravam encerradas e que tinha sido contactado no dia 19 pelo Chefe de Gabinete, informando-o de que teria lugar uma reunião no dia 20, mas apenas no próximo mês. Indicou que esse tinha sido o contacto efetuado para o grupo de trabalho, considerando que, três meses após terem abordado, em dezembro, a necessidade de celeridade face à preocupação com a área da saúde, o processo estaria a demorar demasiado tempo. Salientou que já tinham decorrido três meses com as urgências encerradas, mantendo-se o problema sem resposta, defendendo que seria necessária maior rapidez na atuação. Manifestou disponibilidade e solidariedade da bancada do PS e da sua parte pessoal para contribuir nesse sentido, considerando que não seria aceitável aguardar três meses para a marcação de uma reunião. Referiu que um presidente de câmara era um órgão eleito, enquanto um conselho de administração resultava de nomeação, defendendo que a situação não demonstrava respeito pelas pessoas. Sublinhou que a Constituição consagra o direito à saúde, quer se resida na Mêda ou em Lisboa, afirmando que

esse tinha sido sempre o seu princípio. Indicou que, na referida reunião, iria apresentar um memorando dirigido à Doutora Rita Figueiredo, reiterando que a defesa das urgências sempre constituiu uma luta constante, independentemente da cor política do governo. Recordou momentos anteriores dessa luta, referindo que, em determinado período, participaram o Doutor Morato, enquanto Presidente da Câmara, o Governador Civil Fernando Cabral, o então Primeiro-Ministro António Guterres e a Ministra Maria de Belém. Referiu que, apesar de ser militante partidário, participou numa manifestação para questionar o governo, salientando que as urgências não foram encerradas, o que considerou motivo de orgulho pessoal por ter estado do lado que defendia a sua manutenção. Reconheceu que, ao longo dos anos, existiram tentativas de encerramento por diferentes governos, incluindo do PS, mas afirmou que tal não se concretizou. Defendeu que a manutenção das urgências constituía uma causa comum, acima de partidos, considerando tratar-se de uma bandeira coletiva em defesa da população. Referiu que a população manifestava receio em abordar o tema, defendendo que seria necessário estar ao lado das pessoas, uma vez que considerava não existirem soluções alternativas ao funcionamento das urgências. Partilhou um exemplo ocorrido no passado, referindo que, quando estava na escola, uma funcionária da secretaria teria apresentado sintomas de enfarte e que, caso as urgências da Mêda não estivessem abertas, a situação poderia ter tido um desfecho fatal. Considerou que as urgências salvam vidas, afirmando que essa deveria ser uma causa comum ao PS, ao PSD e a todos os intervenientes. Manifestou que, permaneceria empenhado nessa defesa, esperando que, na reunião prevista, estivesse presente a Senhora Presidente do Conselho de Administração e que não fossem transmitidas informações no sentido de encerrar as urgências. Reiterou que a sua posição seria sempre ao lado das pessoas, acima de interesses partidários, referindo que, enquanto pai de três filhas, pretendia garantir a existência de urgências abertas no concelho. Concluiu reforçando que poderia não ser possível assegurar um serviço de urgência durante vinte e quatro horas, mas considerou que, pelo menos, o serviço existente não deveria ser perdido. Reiterou que não se poderia ficar sem aquilo que atualmente estava assegurado.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Deputado Pedro Lourenço.

Tomou da palavra o **Sr. Deputado Pedro Lourenço,** que iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos, referindo que o relatório evidenciava uma agenda executiva intensa, com presença ativa em reuniões institucionais, acompanhamento de obras, dinamização cultural e desportiva, bem como articulação com diversas entidades regionais e nacionais. Ainda assim, deixou algumas notas de reflexão com espírito construtivo. Indicou que o documento apresentava de forma detalhada as reuniões realizadas e os eventos acompanhados pelo Executivo, considerando essa informação relevante. No entanto, sugeriu que, sempre que possível, essa enumeração pudesse ser complementada com a indicação de resultados concretos obtidos, decisões estratégicas tomadas, impacto direto para o concelho e metas futuras decorrentes dessas diligências, de forma a permitir à Assembleia exercer de forma mais esclarecida a sua função de acompanhamento e fiscalização. Relativamente às obras públicas de investimento, referiu que o relatório evidenciava investimentos significativos em obras estruturantes para o concelho, nomeadamente nas áreas da educação, requalificação urbana e rede viária. Considerou importante que, em futuras prestações de informação, pudessem ser incluídas percentagens de execução física e financeira, prazos previstos de conclusão e enquadramento das respetivas fontes de financiamento, entendendo que tal reforçaria a transparência e permitiria uma melhor leitura da evolução dos projetos. No que respeita à proteção civil, referiu que o Senhor Presidente já tinha prestado esclarecimentos sobre as candidaturas, inicialmente referindo um montante de cerca de quatro milhões de euros, tendo posteriormente sido corrigido para cerca de dez milhões de euros. Solicitou um ponto de situação

previsível quanto à conclusão dos processos, considerando útil conhecer o grau de execução global das candidaturas. Referiu que tinham sido indicados valores em execução, designadamente cerca de cento e oito mil euros. Relativamente à área social, referiu considerar positiva a continuidade do trabalho desenvolvido na ação social, no CMAS, no Gabinete de Apoio ao Imigrante e na preparação do Plano Municipal de Integração de Migrantes. Sugeriu que, em relatórios futuros, pudessem ser incluídos indicadores quantitativos que permitissem perceber o número de beneficiários efetivos, a evolução face a períodos anteriores e os resultados alcançados. No que respeita à cultura, desporto e turismo, registou com agrado a dinamização do Complexo Desportivo Municipal, a atividade das piscinas e das diversas modalidades, o trabalho desenvolvido na biblioteca e a evolução positiva do termalismo em 2025, considerando tratar-se de áreas que demonstravam vitalidade. Ainda assim, considerou que seria interessante enquadrar esses números numa estratégia global de desenvolvimento turístico e cultural, com definição de objetivos de crescimento e de combate à sazonalidade. Quanto aos processos judiciais em curso, referiu compreender que os mesmos seguiam os trâmites legais. No entanto, considerou importante que a Assembleia fosse sendo informada, sempre que possível, sobre o impacto financeiro potencial e a evolução dos processos mais relevantes. Concluiu referindo que o relatório demonstrava trabalho e empenho na gestão municipal, esclarecendo que a intervenção não pretendia desvalorizar o esforço desenvolvido, mas antes reforçar a importância de evoluir de um modelo predominantemente descritivo para um modelo progressivamente mais avaliativo e estratégico, com mais indicadores, maior comparação temporal e maior análise de resultados. Manifestou a convicção de que esse caminho reforçaria a transparência, a confiança institucional e a qualidade da governação local, deixando as sugestões apresentadas com espírito construtivo e agradecendo. ----------

4 Emeida

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Deputado Marco Saldanha.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Marco Saldanha,** dirigindo-se ao Senhor Presidente, referiu que, no âmbito do ponto relativo à informação escrita, as suas intervenções deveriam ser entendidas como contributos de natureza construtiva. Recordou que já tinha abordado matérias semelhantes no mandato anterior, salientando que não pretendia ser repetitivo, mas antes reforçar que qualquer intervenção deveria ser vista como um contributo construtivo ou como uma ideia positiva, e não apenas como uma crítica. Referiu de seguida que, o documento apresentava um novo formato, evidenciando uma estrutura mais standard, tanto ao nível da ata como da informação escrita, considerando que se verificava uma alteração positiva, resultante de uma dinâmica diferente, deixando uma nota de reconhecimento e felicitando por essa evolução. Assinalou igualmente o compromisso referido anteriormente pelo Senhor Presidente relativamente ao calendário de eventos e à transmissão online das reuniões de câmara, temas sobre os quais já tinha intervindo no mandato anterior. Reconheceu que, no que respeita ao calendário de eventos, o mesmo se encontrava a ser cumprido, considerando que tal deveria ser valorizado. Referiu também ter ficado esclarecido que existiria uma atualização do calendário de dois em dois meses, tendo em conta a necessidade de ajuste de datas. Relativamente à transmissão online das reuniões, referiu que o Senhor Presidente tinha assumido o compromisso, o qual ficaria registado em ata, manifestando expectativa de que o mesmo fosse cumprido até ao final do mandato. Acrescentou que a transmissão online das reuniões já ocorria em diversos executivos e assembleias municipais, referindo que tinha assistido, por curiosidade, à reunião da Assembleia Municipal de Trancoso em formato online. Ainda no seguimento do calendário de eventos, referiu que o evento A Beira e Douro, no presente ano, estaria previsto para Longroiva, com data indicada para 18 de julho. Sugeriu que fosse acautelada a definição de uma data estável para o evento, de forma a evitar alterações frequentes que pudessem gerar confusão junto de

visitantes habituais, especialmente considerando a possibilidade de o evento decorrer, em diferentes Freguesias. No que respeita aos eventos desportivos e ao respetivo calendário, referiu que, de uma análise, não se verificava a existência de novos eventos desportivos face aos que já vinham sendo realizados anteriormente. Salientou que, na revisão orçamental, se encontrava previsto um reforço de cem mil euros, passando a existir um cabimento total de duzentos e quarenta mil euros para esta área, questionando assim se o objetivo seria reforçar os eventos existentes ou criar novas iniciativas. Por fim, referiu que, à semelhança do que já tinha defendido no mandato anterior, o relatório incluía a agenda de reuniões do Senhor Presidente, mas não evidenciava o conteúdo ou os principais resultados dessas reuniões. Considerou importante que, sempre que possível, pudesse ser apresentado o essencial das matérias tratadas, nomeadamente nas reuniões realizadas com membros do Governo, de forma a permitir um melhor acompanhamento por parte da Assembleia. Relativamente aos impactos dos incêndios e das intempéries, tema já referido na reunião, salientou que se estava a falar sobretudo em valores financeiros associados a obras, mas que também deveria ser considerada a dimensão do impacto ao nível do turismo de caça. Referiu que o concelho teria sido significativamente afetado nesse setor, com consequências económicas ao nível do alojamento e da restauração. Considerou que, ainda que não fosse possível compensar diretamente essa perda, poderia ser ponderada a promoção de outros eventos ao longo do ano que contribuíssem para dinamizar o turismo e a restauração, como já tinha anteriormente dado a sugestão referente a gastronomia. Referente a questão da listagem de obras públicas, referiu que estas constavam habitualmente descritas nos relatórios, mas considerou que seria importante incluir informação adicional, designadamente as datas contratuais de conclusão das empreitadas, a percentagem de execução física das obras e a previsão de entrega por parte dos empreiteiros. Referiu que essa informação permitiria à Assembleia compreender melhor o ponto de situação de cada intervenção, nomeadamente se os prazos estariam a ser cumpridos ou se existiriam atrasos. Manifestou convicção de que o Executivo dispunha desses dados e que os acompanhava regularmente, considerando que a sua inclusão no relatório contribuiria para um melhor acompanhamento. Concluiu agradecendo.

Usou da palavra **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** referindo que pretendia transmitir o seu entendimento relativamente ao turismo e responder à questão da luminária, dando igualmente nota de um contributo ocorrido na última reunião pública do executivo. Informou que o Senhor Vítor Soares esteve presente nessa ultima reunião de executivo e que sinalizou a situação da luminária. Considerou importante a participação dos munícipes nas reuniões públicas da Câmara, sublinhando que o referido munícipe apresentou a sua crítica de forma direta e construtiva. Mais referiu que a situação da luminária já lhe havia sido reportada na semana anterior, reforçando a relevância do envolvimento da população na identificação e acompanhamento destas questões. Manifestou que foi apresentada a estratégia delineada pelo executivo relativamente ao desenvolvimento turístico do concelho, reconhecendo que a mesma poderia ser passível de crítica. Foi explicado que o objetivo passava por criar um "produto de saída" da Mêda, no âmbito das obras previstas junto à Igreja e no Posto de Turismo (antigo museu), espaço para o qual existia financiamento destinado à sua requalificação. A intenção seria que esse local funcionasse como fio condutor para todo o concelho, integrando uma peça representativa do que cada freguesia tem de mais relevante, nomeadamente Marialva, Coriscada e Longroiva. Referiu que, a partir desse ponto central, seria dada às pessoas a possibilidade de realizarem um roteiro pelo concelho, incentivando-as a sair da Mêda e a visitar outros locais, como Marialva e o sítio do Vale do Mouro, mencionou existir um problema por resolver, o qual considerou urgente, salientando que estavam em articulação com o Senhor Presidente da Junta para o solucionar. Considerou ser incompreensível que, ao fim de quinze ou vinte anos,

continuasse por resolver um tema importante para o concelho, existindo um espaço que custou ao erário público cento e cinquenta mil euros, em 2010, e que se encontrava encerrado desde então. Defendeu que essa situação deveria ser definitivamente ultrapassada. Sublinhou ainda a necessidade de existir uma estratégia comum, deixando cada interveniente de lado interesses individuais, referindo que o assunto já havia sido abordado com o Senhor Presidente da Junta e com a associação. Manifestou que, nessa matéria, por considerar tratar-se de um legado com potencial de gerar retorno económico para o concelho e que não estava a ser devidamente aproveitado. Explicou igualmente que o investimento previsto para o castelo incluiria melhorias ao nível da mobilidade, nova iluminação, acessibilidade para pessoas com deficiência e a criação de uma vista panorâmica, valorizando também a vista para a Marofa. Referiu que esse espaço deveria assumir-se como ponto de partida para a posterior ramificação da oferta turística para o restante território. Informou que existia financiamento para recuperar o espaço referido, sendo depois necessário melhorar o que se encontrava em Longroiva, que considerou estar em más condições, bem como criar oferta na Coriscada, onde referiu não existir atualmente infraestrutura adequada. Quanto a Marialva, reconheceu o seu estatuto de portão de entrada com projeção nacional e internacional, defendendo que o concelho deveria ter a inteligência de aproveitar essa posição estratégica, assegurando que quem visita Marialva tenha consciência de que se encontra no concelho da Mêda, uma vez que tal nem sempre acontece. Considerou que essa comunicação deveria ser reforçada. Concluiu referindo que a estratégia turística passava pela criação de um centro, a partir do qual se promoveriam ramificações pelo concelho, assegurando mobilidade através de soluções flexíveis e dos transportes existentes. Acrescentou ainda que poderia constituir uma oportunidade para o investimento privado, nomeadamente através da criação de uma empresa de transporte com capacidade de assegurar mobilidade pelo território. Relativamente à questão da saúde, referiu que, na última reunião da Assembleia, realizada no dia 22 de dezembro, assumiu o compromisso de, a partir dessa data, contactar a entidade ULS. Informou que, esse contacto veio a concretizar-se na segunda semana de janeiro, concretamente no dia 13 de janeiro, acrescentando que já anteriormente tinha reclamado e sinalizado a necessidade urgente dessa reunião. Esclareceu que a reunião mantida teve a duração aproximada de três horas, tendo sido uma reunião exigente, não considerando relevante detalhar todos os aspetos abordados, mas sublinhando que foi dura do ponto de vista da defesa dos interesses do território. Referiu que, conforme anteriormente mencionado, entende que, na defesa inteligente do concelho, não devem existir hesitações, devendo ser salvaguardados os interesses locais. Referiu que, na sequência da reunião realizada no dia 13 de janeiro, ficou estabelecida como premissa a realização de uma reunião extraordinária, informou que, a partir desse momento, iniciou o trabalho de constituição do grupo de trabalho. Numa primeira fase, foram os líderes das bancadas que indicaram o respetivo representante ao grupo parlamentar, procedimento que considerou adequado. Posteriormente, surgiu a questão da representação das Juntas de Freguesia, uma vez que estava previsto apenas um representante, tendo existido diferentes entendimentos quanto à designação. Perante essa situação, referiu que convocou todos os Presidentes de Junta, transmitindo-lhes que deveriam, entre si, chegar a consenso e indicar quem seria o seu representante no referido grupo de trabalho. Informou que, na sequência da reunião anteriormente referida, ficou definido o representante das Juntas de Freguesia no grupo de trabalho, tendo sido indicado o Senhor José Lemos como membro efetivo e a Alexandrina Abrunhosa como substituta, esclarecendo que apenas um integraria o grupo, ficando o outro designado para substituição. Referiu que essa decisão tinha sido tomada cerca de duas semanas antes. Acrescentou que já tinha recebido confirmação da indicação e que havia dado instruções ao Gabinete de Apoio ao Presidente para estabelecer a ligação e promover os contactos necessários, com vista a urgência a marcação da reunião extraordinária. Manifestou a

expectativa de que a mesma pudesse ocorrer até ao final do mês de março, esclarecendo que havia demonstrado total disponibilidade para que a reunião se realizasse na data e horário considerados mais convenientes pelos intervenientes, comprometendo-se a ajustar a sua agenda, não tendo imposto qualquer dia específico. Relativamente à Proteção Civil e à divulgação efetuada, referiu que o concelho dispunha de um dos melhores coordenadores de Proteção Civil do distrito da Guarda, bem como de uma das melhores corporações de Bombeiros do distrito, igualmente reconhecida por todos. Sublinhou que, enquanto Presidente da Câmara e líder máximo da Proteção Civil no concelho, as decisões não eram tomadas de forma isolada. Esclareceu que, nos dias em causa, realizaram reuniões com elevada frequência, tendo sido decidido, em conjunto, que a comunicação a efetuar seria aquela que veio a público, assumindo que a decisão poderia ser de diferentes entendimentos. Relativamente a situação da EPAL referiu que se deslocou à Guarda para estar presente numa reunião que, em resumo, se tratava de um processo antigo, com cerca de quinze anos, no qual foi abordada, uma dívida e um procedimento que não foi realizado relativamente ao advogado que defendeu todas as câmaras. Indicou que foi referido que a Câmara Municipal da Mêda teria de pagar quarenta e cinco mil euros por esse trabalho. Esclareceu que considerava que a Câmara da Mêda poderia pagar quatrocentos ou quinhentos euros, mas que necessitava de saber concretamente qual o trabalho realizado para a Câmara da Mêda. Referiu ainda que, no seu entendimento, a discussão ocorrida demonstrou que as pessoas não estavam preparadas para aquele debate, com exceção de dois ou três presidentes mais antigos ou com experiência em processos anteriores de vereação, que já tinham conhecimento da situação. Manifestou que esta questão está relacionada com os tarifários, relembrando que já tinha referido há quatro ou cinco anos que o problema estrutural do concelho era ao nível das infraestruturas, nomeadamente água e saneamento. Referiu que, provavelmente, essa seria a obra que tinha de ser realizada, apesar de não lhe ser dado o devido valor, devendo existir um início dessa mesma intervenção. Indicou que já havia referido essa questão anteriormente, estando alguns dos presentes nessa altura, e que mantém a mesma opinião. Mencionou que, há vinte ou trinta anos, as câmaras municipais, bem ou mal, implementavam redes de água e saneamento com o objetivo de responder às necessidades das populações. No entanto, referiu que a realidade atual exige que as redes de águas pluviais e de saneamento sejam separadas. Esclareceu que, existe uma percentagem muito elevada de sistemas em que o saneamento e as águas pluviais estão interligados, o que significa que, quando é feito o tratamento em ETAR, está também a ser tratada água da chuva. Indicou que essa situação origina custos acrescidos, especialmente em períodos de maior precipitação, referindo como exemplo o mês de janeiro, que considerou vir a ser complicado, dado o volume de água que entrou nas ETAR e que terá de ser tratado, implicando custos que, no seu entendimento, não deveriam ocorrer. Referiu que esses custos não deveriam existir, caso houvesse a devida separação entre redes. Reiterou que é por essa razão que determinadas obras, nomeadamente no Barrocal, têm a natureza que apresentam, tendo sido assumido no mandato anterior que era necessário intervir ao nível das infraestruturas. Indicou que não se trata apenas de uma intervenção superficial, mas de realizar trabalhos estruturais, incluindo a instalação subterrânea de redes de comunicação, com o objetivo de eliminar postes. Mencionou ainda, uma crítica relativamente ao que ocorreu na zona do Castelo, onde foi efetuado um melhoramento da área envolvente no âmbito do programa PARU, mas onde os postes e os fios se mantiveram. Referiu que não se trata de estarem certos ou errados, nem de comparação com outros, salientando que as soluções já existem e que deveria ter havido, no passado, uma atitude para resolver essa situação, o que não foi possível. Indicou que, por esse motivo, todas as obras a realizar no futuro deverão ter esse objetivo, nomeadamente ao nível das comunicações, da forma como estas chegam às populações, bem como da separação entre redes de águas pluviais, saneamento e

Almeida

abastecimento de água. Referiu que, no momento atual, a ERSAR indica que os valores praticados estão abaixo do que deveria ser cobrado aos contribuintes. Mencionou que transmitiu à ERSAR que o município já realizou o seu esforço no primeiro mandato, ao longo dos primeiros quatro anos, período em que foram exigidos à população ajustamentos financeiros que considerou necessários. Acrescentou que não considera correto que municípios como a Mêda exijam mais à população, quando noutros concelhos essas mesmas exigências não são aplicadas. Referiu que não será efetuado qualquer aumento substancial dos tarifários, exceto os ajustamentos anuais de acordo com a inflação, concluído que relativamente à situação das águas, este é o seu entendimento e orientação. Referiu que, relativamente aos PIPs, a candidatura já foi submetida, não tendo ainda confirmação da sua aprovação. Mencionou que existem outras situações que resultam de reuniões realizadas, dando como exemplo um encontro com um grupo de empresários com o objetivo de promover um investimento grande na Mêda. Esclareceu que optou por não trazer essa informação anteriormente, de forma a evitar expectativas quanto ao momento de concretização do investimento, referindo que essas informações apenas devem ser partilhadas quando estiverem efetivamente consolidadas. Indicou que, no caso dos PIPs, a candidatura foi apresentada há algumas semanas, tendo já sido identificadas as pessoas que ficarão afetas ao programa, embora ainda não exista confirmação quanto à sua aceitação nem informação sobre a atribuição de verba. Referiu que apenas com a chegada do financiamento será possível garantir a continuidade do processo. Relativamente à questão da sinalização e à intervenção anteriormente mencionada, referiu que existem programas operacionais, nomeadamente na área social, com duração limitada, que terminam ao fim de um, dois ou três anos, esclarecendo que, nesses casos, as contratações associadas a esses programas não têm caráter permanente, devendo cessar com o término dos mesmos, de forma a evitar a criação de situações desnecessárias de permanência de recursos humanos na câmara. Referiu que, relativamente à situação dos migrantes, foi realizada, possivelmente pela primeira vez com esse impacto mediático, uma reunião com empresários, com o objetivo de compreender as suas perspetivas sobre os imigrantes ou migrantes, bem como as necessidades existentes. Mencionou que foram abordadas questões relacionadas com a intenção dos migrantes, nomeadamente se pretendem permanecer no concelho, obter documentação e posteriormente deslocar-se para Lisboa ou para outros países, reconhecendo que existem diferentes situações. Indicou que, de seguida, foi realizada uma nova reunião com a participação de migrantes que trabalham no concelho, num total aproximado de vinte a trinta pessoas, tendo estado presente e dialogado com os mesmos, de forma a compreender as suas expectativas. Referiu que procurou perceber se a vinda destes migrantes tinha como objetivo apenas facilitar a entrada na Europa, ou se, pelo contrário, pretendiam estabelecer-se, obter documentação e trabalhar com os empresários locais. Concluiu que, através da auscultação de ambas as partes, empresários e trabalhadores foi possível compreender a importância desta relação, salientando que não existem trabalhadores sem empresários nem empresários sem trabalhadores. Referiu ainda, que ficou claro que os migrantes são essenciais, devendo ser incluídos e apoiados com condições adequadas, dado o seu contributo para a criação de riqueza. Referiu que, teve uma reunião com o Ministro das Infraestruturas, a qual considerou ter sido bastante concisa, salientando que este tipo de reuniões deve ser realizada, com elevada objetividade e duração reduzida. Mencionou que, o Ministro se encontra a par das situações apresentadas e que foram abordados dois ou três problemas principais. Indicou a situação da zona industrial, nomeadamente a área situada acima, na zona de ligação para Ranhados, junto à rotunda de entrada na Mêda, referindo que essa área pertence ao domínio público do Estado. Explicou que o objetivo do município é que essa área passe para o domínio público da Câmara Municipal, de forma a evitar constrangimentos em futuras obras e dependências de autorizações externas, que têm originado atrasos significativos.

Referiu que transmitiu ao Ministro a disponibilidade do município para aceitar a transferência da área sem coparticipação financeira, por se tratar de uma zona com potencial de urbanização. Acrescentou que, caso fosse exigida coparticipação financeira, o processo poderia arrastar-se por vários anos, podendo resultar na ausência de intervenção nesse período. Mencionou que, relativamente a outras vias, como a ligação da Mêda a Marialva e de Marialva a Pinhel, o município não assumiria intervenções sem componente financeira, por se tratarem de obras da responsabilidade do Estado. Referiu ainda que transmitiu ao Ministro a sua preocupação com a existência de autoestradas paralelas em zonas como Lisboa e Porto, questionando a sua necessidade, bem como exemplos de duplicação de vias na região da Figueira da Foz, onde uma das vias apresenta reduzido tráfego, defendendo que, apesar da capacidade de investimento nessas situações, não existe o mesmo nível de investimento em ligações estruturantes, nomeadamente na ligação da Beneficiação e Pinhel, que considera essencial para resolver problemas de acessibilidade, incluindo a situação da Coriscada, onde a estrada se encontra em mau estado e a ponte apresenta problemas estruturais relevantes. Referiu a importância dos eventos desportivos existentes, salientando que devem ser valorizados e projetados, mas também foi defendida a criação de novos eventos. Mencionou, em particular, a necessidade de criação de infraestruturas para a prática de Padel, reconhecendo que ainda não existem condições adequadas no concelho, mas considerando tratar-se de uma carência identificada. Acrescentou que a modalidade se encontra em crescimento e bastante em voga, defendendo que deve ser feito investimento nesta área, incluindo a criação de um evento associado à modalidade, dada a existência de praticantes e interessados no concelho da Mêda. Referiu ainda uma questão relacionada com a caça, esclarecendo que não abordou anteriormente o tema por poder ser interpretado como interesse pessoal, uma vez que é caçador. Indicou que a atividade tem um impacto económico no concelho da Mêda, superior ao de qualquer empresa existente, considerando que essa dimensão não é devidamente reconhecida. Deu como exemplo o Clube de Caça e Pesca da Mêda, referindo que, entre setembro e finais de fevereiro, recebia cerca de duzentas pessoas por fim de semana provenientes de fora do concelho. Explicou que uma parte significativa dessas pessoas permanecia no território para almoçar, jantar ou pernoitar, gerando impacto económico direto na economia local. Referiu que, após o incêndio, esse fluxo de visitantes deixou de ocorrer, com impacto negativo na economia local. Mencionou ainda que as associações beneficiam de medidas de apoio no âmbito da CCDR, referindo que o Clube de Caça e Pesca da Mêda dispõe de um apoio na ordem dos dez a quinze mil euros, destinado à restituição do potencial produtivo e à sinalização. Referiu que Marialva também deverá beneficiar de cerca de quatro a cinco mil euros, bem como outras localidades com valores semelhantes. Mencionou que houve um trabalho articulado entre os senhores Presidentes de Junta e a Proteção Civil, no âmbito do potencial produtivo e da sinalização. Referiu que a natureza causou impactos significativos, mas que também terá capacidade de recuperação, sendo necessário perceber como será feita a gestão e adaptação a essa realidade. Acrescentou que considera importante que as obras passem a ter critérios definidos, nomeadamente a percentagem de execução e a data prevista de conclusão, ou pelo menos o prazo contratual estabelecido. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** informou que se encontrava concluído o Período de Antes da Ordem do Dia, passando-se ao Período da Ordem do Dia. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

Ponto 1º - Aprovação de Demonstração de Desempenho Orçamental 2025;

Foi apresentado o ponto pelo **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo.** Referiu, de forma telegráfica, que o ponto corresponde ao saldo de gerência do ano anterior, no valor aproximado de três milhões e quatrocentos mil euros. Mencionou que este saldo representa conforto e estabilidade financeira, permitindo perspetivar os próximos períodos com solidez para a realização de investimento. Referiu ainda que a expectativa é que, no próximo ano, seja apresentado um saldo inferior, o que significará que os fundos foram aplicados e executados do ponto de vista financeiro. Acrescentou que considera que, quanto menor for o valor disponível, desde que bem aplicado, maior será o benefício para a população. Reforçou que a gestão financeira é fundamental, defendendo que não se deve ter receio de realizar investimentos ou de recorrer a empréstimos, desde que exista consciência clara sobre a finalidade dos investimentos e a aplicação dos recursos, pois na sua perspetiva, não realizar investimentos atualmente poderá hipotecar o futuro da Mêda e das gerações futuras, nomeadamente das crianças que hoje são crianças e que no futuro serão adultos. Mencionou que é necessário ter a audácia, perspicácia e inteligência para aplicar os fundos disponíveis de forma adequada, de modo a garantir melhores condições para as gerações vindouras. Acrescentou que o objetivo deve ser a construção de um concelho mais atrativo, com capacidade para acolher e permitir a implementação de novas medidas e iniciativas no futuro. ----------

De seguida foi aberto o período destinado a pedidos de esclarecimento, tendo-se inscrito o seguinte interveniente: Pedro Lourenço. ----------

Usou da palavra o **Deputado Pedro Lourenço,** referiu que, sendo este um documento técnico, importa enquadrar o ponto relativo à aprovação da demonstração de desempenho orçamental de 2025 no respetivo enquadramento legal. Mencionou que, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, onde se inclui a demonstração de desempenho orçamental. Acrescentou que, por sua vez, o artigo 124.º da Lei n.º 73-A/2025, Lei do Orçamento do Estado para 2026, permite que, após a aprovação desse mapa, possa ser incorporado o saldo de gerência através de revisão orçamental, mesmo antes da aprovação formal dos documentos de prestação de contas. Referiu que, do ponto de vista formal e legal, não existe qualquer reparo ao procedimento adotado, embora salientasse que a política não se esgota na legalidade dos atos, devendo igualmente ser considerada a responsabilidade, transparência e coerência na gestão. Referiu que se está perante um saldo de gerência no valor de três milhões quatrocentos e vinte e quatro mil duzentos e setenta e um euros e noventa e quatro cêntimos, considerando tratar-se de um montante significativo para um concelho com as dimensões e necessidades da Mêda. Mencionou que este valor pode ter duas leituras possíveis: ou reflete uma gestão prudente e equilibrada, ou evidencia incapacidade de execução, atrasos na concretização de investimentos, falhas no planeamento. Acrescentou que considera importante que esta clarificação seja feita, por entender que os munícipes merecem essa explicação. Questionou assim que investimentos terão ficado por executar em 2025, que obras terão sido adiadas, que compromissos assumidos não foram concretizados e que apoios poderiam ter sido reforçados e não o foram. Referiu que, num concelho onde se reclama a requalificação de bairros, melhoria de acessibilidades, execução de equipamentos estruturantes, valorização das freguesias e reforço das respostas sociais, é legítimo questionar se este saldo não traduz, em parte, uma falta de concretização. Mencionou que a utilização do saldo de gerência é legalmente possível após a aprovação da demonstração de desempenho orçamental, mas salientou que, do ponto de vista político, deve ser acompanhada de uma estratégia clara. Manifestou que não basta aprovar o mapa financeiro, sendo necessário explicar de forma transparente onde será aplicado o montante, quais as prioridades definidas, o respetivo calendário de execução e o impacto esperado na vida das populações. Afirmou que a

boa gestão não se mede apenas pela existência de saldo positivo, mas sim pela capacidade de transformar os recursos disponíveis em obra feita, em serviços reforçados e em melhoria da qualidade de vida. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, referiu que mais importante do que incorporar o saldo de classe zero, código dezasseis, é integrá-lo numa visão estratégica para o futuro do concelho. Acrescentou que defendem que esta aprovação deve ser acompanhada de um compromisso político claro, no sentido de que os 3,4 milhões de euros sejam canalizados para investimentos estruturantes, para a resolução de problemas identificados e para dar resposta às expectativas legítimas da população. Concluiu afirmando que a legalidade está salvaguardada, mas que se exige ambição, execução e transparência. Terminou com um agradecimento. ---------

Neste momento, e não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. ----------

Ponto 2º- 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de 2026;

Foi apresentado o ponto pelo **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** referiu a incorporação do saldo de gerência e o reforço de rubricas orçamentais, nomeadamente no que respeita ao foro de pessoal, salientando que estes dois documentos se encontram interligados. Mencionou que está também incluída a atualização das novas recomendações impostas pelo Estado, considerando positiva essa valorização dos técnicos. Acrescentou que, na sua perspetiva, os técnicos continuam a auferir valores baixos, defendendo que deveriam ser melhor remunerados, embora considere que tal só será possível com maior competência e com a criação de mais riqueza. ----------

De seguida foi aberto o período destinado a pedidos de esclarecimento, não se tendo inscrito nenhum interveniente. ----------

Neste momento, e não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. ----------

Ponto 3º- Empréstimo para Financiamento de Investimentos – Alteração dos Investimentos a Financiar;

Foi apresentado o ponto pelo **Sr. Presidente da Câmara António César Figueiredo,** referiu que o ponto número três está também relacionado com uma estratégia política e com uma necessidade existente, procurando explicá-lo de forma clara. Esclareceu que o empréstimo em causa já tinha sido solicitado no anterior mandato e aprovado naquela Assembleia Municipal, tendo como objetivo o pagamento do diferencial relativo às infraestruturas para fazer face às intempéries. Indicou que o valor total era de um milhão e meio de euros, dos quais novecentos mil euros seriam suportados por apoios do Estado e seiscentos mil euros por capacidade própria do município. Nesse sentido, foi levada à Assembleia a proposta de permitir a contração do empréstimo para esse fim. Acrescentou que, existia ainda um montante de setecentos mil euros destinado à construção de uma rotunda, a qual referiu ter de ser desafetada do domínio público do Estado para o domínio público da Câmara. Esclareceu, contudo, que este valor não se destinava apenas à rotunda, mas também às infraestruturas necessárias para colocar a nova zona industrial em funcionamento, nomeadamente ligações de comunicações, água e energia. Referiu que, entretanto, se verificou que, para responder às necessidades dos empresários, nomeadamente ao nível da estabilidade da tensão elétrica, seria necessário proceder a uma ligação à rede de média tensão que segue para Ranhados. Assim, optou-se por uma solução aérea até ao posto de transformação localizado à entrada da zona industrial, que passará a fornecer

energia a toda a área. Indicou que esta solução elimina, para já, a necessidade de execução imediata da rotunda, uma vez que o acesso à zona industrial pode ser feito com recurso a sinalização de "stop". Sublinhou que a obra será necessária no futuro, mas não é prioritária no momento atual. Referiu que, no que respeita ao abastecimento de água, foi possível garantir o fornecimento até à zona industrial com o caudal necessário. Referiu que a instalação de uma empresa na zona industrial, só se tornará verdadeiramente útil e proveitosa quando acolher empresários, empreendedores e infraestruturas que respondam às suas necessidades, recordando que se trata de uma zona de que se fala há quinze a vinte anos. Indicou que, neste momento, as necessidades de abastecimento de água estão asseguradas e que se encontra em curso a obra de ligação da linha de média tensão ao posto de transformação que irá fornecer energia à zona industrial. Referiu que, relativamente ao montante de seiscentos mil euros destinado às intempéries, esse valor já não pode ser utilizado para esse fim, uma vez que as despesas foram sendo pagas e, atualmente, o valor em dívida para fecho da obra será inferior a cem mil euros. Explicou que os empréstimos apenas podem ser utilizados antes da realização e pagamento dos autos, pelo que já não é possível recorrer a esse financiamento para esse objetivo, podendo, no entanto, ser utilizado para outros fins. Acrescentou que, os setecentos mil euros inicialmente previstos poderiam ainda ser aprovados para a construção da rotunda, mas salientou que a situação atual exige capacidade de adaptação. Prosseguiu, referindo que a escola entrou no processo de investimento no ano anterior, não estando inicialmente prevista a existência de fundos para a realização de obras. Indicou que, após insistência, o município foi incluído como prioritário pela Associação Nacional de Municípios. Seguidamente explicou que, a escola possui um constrangimento, tendo sido classificada como P3, prioritárias, mas não urgentes, enquanto que as P2 e P1, são consideradas prioritárias em termos de financiamento. Acrescentou que, já em fase de obra, se verificou que as águas pluviais não estavam contempladas e que existiam algumas insuficiências no projeto. Referiu ainda que assumiu o compromisso, junto do conselho diretivo da escola, de avaliar a possibilidade de executar a obra na sua totalidade e, caso existissem condições e essa fosse a opção política, levar o assunto à discussão na Câmara Municipal e posteriormente na Assembleia Municipal. Acrescentou que, nos dias de hoje, iniciar uma obra deste tipo, tem de ficar tudo devidamente bem executado, bem como outras intervenções, como a alteração da canalização no sistema de aquecimento, e outros trabalhos complementares. Destacou que a orientação financeira deve ser prioritariamente dirigida à escola, uma vez que, caso não se disponha de capacidade financeira para concluir as obras, poderá haver risco de não ressarcimento dos investimentos realizados e das candidaturas. Resumiu que se trata de alterar o financiamento e direcionar os recursos para infraestruturas distintas, desistindo da diferença relativa às intempéries, das acessibilidades na rotunda e o foco vai para as obras já contratualizadas, nomeadamente a obra da estrada de Santo Amaro a Ranhados e a obra da Requalificação da Escola, assegurando força financeira para a sua execução imediata. Referiu que esta matéria foi apresentada em reunião de Câmara, onde foi explicada nos mesmos termos, a proposta mereceu a aceitação dos senhores vereadores, salientando que está em causa uma situação relacionada com a educação das crianças do concelho. ----------

De seguida, foi aberto o período destinado a pedidos de esclarecimento, tendo-se inscrito os seguintes intervenientes: Pedro Lourenço, Marco Saldanha, Cláudio Heitor Rebelo, Filipa Silva Amado, e Sérgio Correia. ----------

Usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Lourenço, referiu que o Senhor Presidente tinha afirmado tratar-se também de um problema político. Indicou que tinha algumas notas sobre o assunto, apesar de ter escutado atentamente a explicação apresentada. Recordou que, em 2023, a Assembleia autorizou a contratação do empréstimo para financiar investimentos concretamente

identificados, nomeadamente a reparação dos danos provocados pelas cheias e inundações ocorridas em dezembro de 2022 e janeiro de 2023. Referiu que, no momento atual, a Assembleia é chamada a aprovar adendas para alterar esse empréstimo, questionando os motivos dessa alteração. Explicou que tal se deve ao facto de a maioria dos encargos inicialmente previstos já ter sido realizada e paga, tendo parte do investimento sido financiado por fundos do Orçamento do Estado. Acrescentou que surgiram necessidades adicionais no âmbito da empreitada de recuperação e reabilitação das escolas dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, tendo sido identificados trabalhos imprevistos não cofinanciados pelo PRR, bem como despesas consideradas não elegíveis no âmbito da candidatura. Considerou que esta situação revela falhas na previsão inicial, salientando que a contratação de empréstimos implica comprometer o futuro financeiro do município, assumindo dívidas que serão suportadas pelos munícipes nos próximos anos. Defendeu, por isso, que a identificação dos investimentos a financiar deve ser mais rigorosa, sustentável e estável, referindo que a necessidade de alterar os contratos pode indicar insuficiências no planeamento inicial ou falta de acautelamento adequado nas candidaturas e previsões financeiras. Referiu ter existido um excesso de otimismo quanto ao financiamento externo, colocando várias questões sobre o processo. Questionou como é que um projeto da dimensão da intervenção na escola apresentou trabalhos imprevistos com impactos financeiros tão relevantes, bem como o facto de despesas consideradas estruturais terem sido classificadas como não elegíveis no âmbito do PRR, questionou ainda a possibilidade de ter existido suborçamentação inicial ou falhas na preparação técnica da candidatura. Indicou que estão em causa valores significativos, nomeadamente cerca de quatrocentos mil euros junto da Caixa Geral de Depósitos, seiscentos e cinquenta mil euros na Caixa de Crédito Agrícola e duzentos e cinquenta mil euros destinados à beneficiação de estradas, sublinhando que estes montantes aumentam o peso e a responsabilidade financeira do município. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, referiu que a dívida não constitui, por si só, um problema quando se destina a financiar investimentos estruturantes devidamente planeados, tornando-se problemática quando resulta de sucessivos ajustamentos, correções e imprevistos que poderiam ter sido antecipados. Acrescentou que o que está em votação não é apenas uma adenda contratual, mas também um sinal sobre a qualidade do planeamento estratégico do executivo. afirmou que, mais do que aprovar a presente alteração, se exige maior transparência. Defendeu a necessidade de clarificação do impacto global destes empréstimos na capacidade de endividamento do município, bem como do calendário real de execução das obras e das garantias de que não serão necessárias novas alterações num curto espaço de tempo por insuficiência de previsão inicial e que a responsabilidade financeira constitui também um dever político. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Marco Saldanha,** dirigiu-se ao Senhor Presidente, referindo que considerava não ter ficado totalmente esclarecido um ponto essencial da explicação apresentada. Destacou a importância de se compreender, sobretudo para quem estava novo nesta Assembleia, o que é que tinha sido efetivamente aprovado no ano de 2023, nomeadamente no que respeita à intervenção na rotunda e aos acessos à nova zona industrial. Manifestou a necessidade de clarificar qual a alteração agora proposta, referindo que ficou surpreendido ao constatar que num projeto para uma escola, não teriam sido inicialmente consideradas portas de emergência nem acessos adequados para pessoas com mobilidade reduzida às instalações sanitárias, deixando essa observação registada para efeitos técnicos futuros. Prosseguindo, colocando a questão central relativa às prioridades de investimento, questionando o que sucederá aos acessos à zona industrial, anteriormente contemplados no empréstimo aprovado em 2023, o qual incluía também intervenções decorrentes das intempéries. Assim, solicitou esclarecimentos sobre se esses acessos deixam de ser prioridade, se se encontram previstos noutro enquadramento

orçamental que permita a sua execução, ou se ficarão adiados em função da prioridade atribuída à escola. Sublinhou que não está em causa a importância da escola que, considera prioritária, mas sim a necessidade de clarificar o enquadramento e o destino das intervenções relativas à zona industrial. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** referiu que comungava das duas intervenções anteriores, sublinhando que a humildade na política fica bem, nomeadamente quando há reconhecimento de erros. Manifestou, no entanto, a sua dificuldade em compreender por que razão as preocupações anteriormente apresentadas não foram tidas em consideração. Esclareceu que já tinha abordado os problemas da escola tanto em sede de Conselho Geral como em reuniões anteriores, salientando o seu especial interesse nas áreas da ação social, educação e saúde, e um particular interesse na área de deficiência. Referiu ter alertado, por diversas vezes, para questões relacionadas com o projeto da escola, nomeadamente ao nível da mobilidade, afirmando que não teve acesso direto ao mesmo, mas que, ainda assim, considerava que estas matérias deveriam ter sido devidamente acauteladas. Demonstrou ainda a sua perplexidade pelo facto de, tendo sido investido um montante de cerca de cento e vinte mil euros na elaboração do projeto, não terem sido contempladas soluções adequadas para garantir a acessibilidade. Para reforçar a sua posição, mencionou a sua experiência profissional na escola da Mêda, onde, segundo afirmou, existem limitações significativas ao nível da acessibilidade, exemplificando que uma pessoa com mobilidade reduzida ou com uma lesão na perna não consegue aceder a determinados espaços, como a biblioteca, nem circular adequadamente nas instalações. Concluiu reiterando a sua incompreensão relativamente à elaboração de um projeto com o referido custo que não assegura condições básicas de acessibilidade, apesar de não possuir formação técnica nas áreas de arquitetura ou engenharia. Manifestou a importância de ultrapassar divergências partidárias, defendendo a necessidade de união em torno dos interesses do concelho, referindo que a Mêda se encontra numa situação de declínio, a qual atribui, em parte, à dimensão e atuação do poder central, mas reforçou que as sugestões apresentadas pelos membros não devem ser desconsideradas, devendo antes ser devidamente analisadas não "caírem em saco roto" e acauteladas. Considerou ainda que o Senhor Presidente já teria reconhecido que o projeto da escola apresenta falhas, apontando diversos aspetos que, no seu entender, não foram devidamente previstos, como questões relacionadas com o aquecimento e a cobertura do edifício. Valorizou, nesse sentido, a postura de reconhecimento dessas falhas, entendendo que tal demonstra humildade política. Acrescentou, contudo, que a questão essencial reside em garantir que a intervenção em curso resulte numa solução duradoura e de qualidade, capaz de responder às necessidades nas próximas décadas, e não numa solução incompleta ou insuficiente. Assim, declarou que votaria favoravelmente a proposta de redireccionamento ou reafectação dos planos de investimento, considerando a prioridade da intervenção na escola e tendo em conta os prazos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), manifestando preocupação quanto a eventuais atrasos na execução das obras, dado o caráter exigente desses prazos. Por fim, referiu a relevância das questões anteriormente levantadas por outros intervenientes, nomeadamente no que respeita às sucessivas alterações de financiamento e à necessidade de clarificação futura sobre o que se pretende para a zona industrial. ----------

Usou da palavra a **Sra. Deputada Filipa Silva Amado,** referiu que prefere ouvir as diversas posições antes de se pronunciar, considerando que todas as observações apresentadas foram pertinentes. Relativamente à questão da escola, considerou que a situação constitui uma aprendizagem para todos os envolvidos, valorizando a postura de humildade demonstrada pelo Senhor Presidente. Defendeu que, todos devem retirar ensinamentos do ocorrido, sublinhando a importância do planeamento, que, na sua perspetiva, é essencial para evitar constrangimentos futuros. Com base

na sua experiência profissional no setor privado, destacou que a ausência de um adequado planeamento compromete o futuro e por ter a sorte de ter um arquiteto em casa, salientou a necessidade de realização de reuniões preparatórias e de um levantamento rigoroso das necessidades antes da execução de qualquer projeto. Acrescentou que, embora desvios possam ocorrer em qualquer obra, desvios significativos decorrem, sobretudo, de falhas na identificação prévia dessas necessidades. Defendeu que este princípio deverá ser aplicado não apenas à obra em causa, mas a todas as intervenções futuras no concelho da Mêda, por forma a salvaguardar os interesses coletivos. Declarou que votaria favoravelmente a proposta, reforçando que a educação e a escola constituem uma prioridade. Sublinhou ainda a importância de garantir condições adequadas para que as crianças permaneçam no concelho, evitando a sua deslocação para outros municípios. Referiu também que, apesar de considerar que a escola da Mêda dispõe de boas condições quando comparada com outras realidades do país, entende que existe margem para melhoria. Defendeu que o investimento em infraestruturas e serviços como espaços verdes, equipamentos culturais, piscinas e outras valências é essencial para garantir qualidade de vida à população residente e simultaneamente, atrair novos habitantes. Concluiu salientando a importância de colocar os interesses do concelho acima das divergências partidárias, atendendo à reduzida dimensão da Mêda e à necessidade de união em torno de objetivos comuns. Referiu que, uma vez que nos encontramos no início do mandato, no seu entendimento, é a altura adequada para definir uma estratégia com rigor e planeamento. Acrescentou que, numa lógica comparativa com o setor privado, tais desvios de planeamento não seriam facilmente aceitáveis, por ausência de adequada preparação e previsão. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Sérgio Correia,** que referiu que, podem ocorrer erros de planeamento, no entanto salientou que é igualmente importante ter em conta que existem Freguesias que poderão ficar com obras por concluir devido a esses erros, mencionando que, no seu entendimento, a freguesia de Ranhados será uma das afetadas por essa situação. Acrescentou que gostaria que ficasse registado que irá aprovar a proposta, embora considere que a Freguesia de Ranhados não merecia uma situação destas. ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara António César Figueiredo,** para concluir o ponto, referiu que existiu um equívoco, esclarecendo que não assume um erro, mas sim desconhecimento à data. Explicou que, inicialmente, foi transmitido pelo Estado que existiria financiamento para os três níveis de prioridade P1, P2 e P3 sendo que todos estariam abrangidos por apoio financeiro. Contudo, referiu que, há cerca de um mês e meio, foi comunicada uma alteração, indicando que deixaria de existir financiamento para projetos enquadrados no P3, mantendo-se apenas para os níveis P1 e P2. Acrescentou que, caso tivesse existido financiamento no P3, teria sido apresentada candidatura nesse âmbito, não sendo necessária a atual solução. Recordou ainda que, aquando do início do mandato em 2021, a escola não se encontrava sinalizada para efeitos de apoio, apesar de existirem projetos e necessidades identificadas. Referiu que, entre 2021 e 2022, e início de 2023, foi desenvolvido um trabalho no sentido de sinalizar a escola como prioritária para financiamento, o que veio a ser conseguido no mandato anterior, ainda que enquadrado no nível P3. Indicou que, na altura, foi transmitido que seria possível apresentar candidatura, existindo financiamento e que, caso não fosse possível através do PRR, transitaria para financiamento por via do Banco Europeu de Investimento. Salientou que, mais recentemente, foi comunicado que o P3 deixou de ter financiamento, passando a vigorar a lógica de que cada entidade terá de suportar os seus próprios encargos nesse nível. Manifestou referindo que, do ponto de vista do conforto financeiro, a solução mais simples seria suspender a obra da escola. Referiu que está em causa um projeto com cerca de um milhão e meio de euros elegíveis a 100%, questionando a possibilidade de se colocar em causa uma obra escolar que

poderá atingir os dois milhões e meio de euros, passando de uma comparticipação total para cerca de 60%. Afirmou que, tratando-se de um investimento estratégico, mesmo que não existissem apoios, defenderia que o município assumisse integralmente o financiamento, caso a escola não tivesse condições adequadas e não existissem avisos de candidatura. Rejeitou a ideia de falta de planeamento, defendendo que foi precisamente o planeamento que permitiu identificar as incongruências. Acrescentou que, enquanto Presidente de Câmara, se deparou com uma realidade distinta da que conhecia enquanto vice-presidente, uma vez que anteriormente foi transmitido que existiria financiamento para os níveis P1, P2 e P3. Explicou que, nesse cenário, as alterações ao projeto não representariam um problema relevante, podendo ser resolvidas através de adendas e do respetivo enquadramento no Tribunal de Contas, designadamente através de visto sucessivo, mas esta alteração criou uma situação inesperada, afirmando que se viu confrontado com uma realidade em que dispõe de uma infraestrutura parcialmente intervencionada, considerada essencial para a estratégia definida pelo município. Afirmou não ter qualquer problema em trazer à Assembleia propostas de empréstimos que visem requalificar e reinventar o concelho, sublinhando que não pretende assumir uma postura acomodada, sem a ousadia necessária para defender o que considera estratégico para o desenvolvimento do município. Referiu ainda que, caso seja necessário recorrer a empréstimos de cinco ou seis milhões de euros para esse fim, não vê inconveniente, defendendo a sua posição com base na experiência que afirma possuir na gestão e resolução de situações complexas em associações e cooperativas falidas. Acrescentou que o concelho deve ter a ousadia de concretizar os investimentos necessários, destacando, em particular, a importância da intervenção na escola, considerando que não deve existir receio em avançar com esse projeto. Sublinhou que, embora não tenha filhos, reconhece a importância de garantir condições dignas de educação para as crianças e jovens. Referiu que, no cenário atual, o município não tivesse cerca de um milhão quinhentos e cinquenta mil euros disponíveis com financiamento a 100%, sendo necessário um reforço adicional de cerca de um milhão de euros, o que, no conjunto, representa uma comparticipação global entre 60% a 70 e poucos por cento, comparável a outros instrumentos de financiamento como os ITI e o Fundo Ambiental, questionou onde se encontra a alegada falta de planeamento, defendendo que foi precisamente o planeamento existente que permitiu explicar a situação e compreender os constrangimentos verificados. Referiu que a verba destinada às intempéries não foi utilizada, não por falta de necessidade, mas devido ao facto de o visto do Tribunal de Contas não ter sido emitido em tempo útil. Acrescentou que, perante essa situação, foi necessário proceder ao pagamento ao empreiteiro para validação dos autos, uma vez que existia um prazo limite para a execução da obra, definido no âmbito das intervenções relacionadas com as intempéries. Referiu que a questão levantada anteriormente pelo Deputado Marco Saldanha é relevante, esclarecendo que a situação não coloca em causa a zona industrial. Indicou que o que está em causa é o investimento necessário na zona industrial, o qual, no seu entendimento, não é prioritário no momento para a captação de investimentos. Acrescentou que o objetivo é, num curto prazo, poder apresentar à Assembleia informação concreta sobre a instalação de empresas na zona industrial, indicando exemplos como empresas A, B, C e D, já devidamente escrutinadas e com lotes atribuídos, bem como a definição das respetivas atividades. Sublinhou que essa é uma meta a concretizar ainda no decurso do presente ano, e não apenas ao longo do mandato. Referiu que as infraestruturas essenciais água, energia e comunicações serão asseguradas, garantindo condições para a instalação das empresas. Acrescentou que, perante a situação atual, existiam duas opções: interromper totalmente a obra ou prosseguir com a adaptação da estratégia. Afirmou assumir politicamente a necessidade de avançar com um projeto mais estruturante, reconhecendo que tal terá impacto financeiro. Referiu que, caso venha a ser possível, no futuro, recuperar parte do investimento através de

mecanismos como o overbooking, tal representará um ato de gestão inteligente, demonstrando capacidade de execução. Acrescentou que o município terá de executar diversas obras mesmo sem financiamento imediato, devendo, no entanto, estar preparado para que essas intervenções possam vir a ser financiadas posteriormente, num horizonte de cinco a oito anos. ----------

Neste momento e não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia propôs o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. ----------

Ponto 4º - Especificação dos Investimentos a Financiar com o Empréstimo de Aquisição de Imóveis;

Foi apresentado o ponto pelo **Sr. Presidente da Câmara António César Figueiredo,** referiu que esta matéria já tinha sido objeto de deliberação pela Assembleia anterior, nomeadamente a contração de um empréstimo no valor de seiscentos mil euros destinado à aquisição do imóvel conhecido como Viúva Carneiro. Esclareceu que, à data, o processo negocial ainda não se encontrava concluído, sendo conhecida uma avaliação superior, embora a proposta apresentada fosse inferior. Indicou que o valor final acordado foi de quinhentos e cinquenta mil euros, tendo sido pago um sinal de cinquenta mil euros, no momento atual, o Tribunal de Contas exige a tipificação da afetação do empréstimo, bem como a indicação dos montantes a alocar a cada finalidade. Nesse sentido, explicou que, dos seiscentos mil euros aprovados, apenas quinhentos mil euros poderão ser utilizados para a aquisição do imóvel, uma vez que os cinquenta mil euros já pagos não podem ser integrados no financiamento. Acrescentou que importa formalizar, através de minuta, a reafirmação da intenção previamente aprovada pela Assembleia, no sentido de afetar esse montante à referida aquisição, para efeitos de resposta ao Tribunal de Contas. Relativamente ao remanescente de cem mil euros, referiu que se prevê a sua afetação a outros processos de aquisição, nomeadamente dois imóveis. Indicou, em primeiro lugar, o imóvel conhecido como Casa das Pombas, localizado no Terreiro de São Domingos, considerando tratar-se de uma situação degradada que se arrasta há vários anos e que, no seu entendimento, deve ser resolvida pela Câmara, mesmo que implique a demolição, por questões de saúde pública e requalificação do espaço, admitindo posteriormente a possibilidade de ali desenvolver infraestruturas ou equipamentos de apoio à comunidade. Em segundo lugar, referiu o processo de aquisição do Pinhal do Barrocal, cuja negociação já foi iniciada, manifestando a intenção de a concluir. Explicou que o objetivo não passa pela urbanização do espaço, mas pela sua preservação e valorização, através da criação de um parque sustentável. Relatou uma reunião que teve com o um anterior Presidente da Câmara, Armando Carneiro, no âmbito de uma tentativa de atrair a Rede Expresso para o concelho, referindo que o mesmo tinha conhecimento com a entidade. Explicou que, nessa ocasião, procurou expor as condições existentes no concelho, tendo-lhe sido colocadas questões práticas relacionadas com a inexistência de infraestruturas de apoio, nomeadamente instalações sanitárias, serviços de manutenção básica e condições para apoio aos motoristas e veículos. Afirmou que essa reflexão evidenciou a necessidade de criação de uma central de transportes digna, que funcione como ponto de encontro e de articulação da mobilidade concelhia e regional. ----------

Neste momento, e não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia propôs o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. ----------

Ponto 5º – Relatório Anual de atividades 2025 CPCJ - Para conhecimento;

Foi apresentado o ponto pelo **Sr. Presidente da Câmara António César Figueiredo,** referiu, que se trata de um documento informativo, acompanhado por uma comissão própria, salientando que é sua obrigação, enquanto autarca prestar a devida informação. Acrescentou que, caso subsistam

dúvidas, existem os meios e canais próprios para o seu esclarecimento, sublinhando que determinadas questões, pela sua especificidade, não podem ser tratadas naquele contexto. -----

Usou da palavra o **Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** referiu que, apesar do adiantado da hora poder levar a intervenções mais rápidas, mas nunca deixou de abordar este tipo de matérias ao longo dos anos em que integra a Assembleia. Sublinhou a importância de tratar estes assuntos no local próprio e com a devida seriedade, salientando que se trata de uma obrigação legal, nomeadamente a apresentação de um relatório anual à Assembleia. Informou que, na preparação da sessão, o membro que inicialmente iria intervir sobre o ponto em discussão não pôde estar presente, mas que havia identificado diversas incorreções no documento. Indicou, a título de exemplo, a existência de datas incorretas, nomeadamente referências a 2022 em vez de 2026, bem como incongruências na informação apresentada, designadamente minutos e euros, e outras falhas de natureza gráfica. Referiu que o referido membro teria preparado uma intervenção no sentido de propor correções ao documento. Acrescentou que o documento apresentado cumpre os requisitos legais, à semelhança de outros concelhos, mas lamentou que este tipo de assunto seja frequentemente discutido em momentos tardios da ordem de trabalhos, quando a atenção dos participantes já se encontra diminuída. Concluiu, sublinhando que o relatório contém análises sociais relevantes que merecem uma apreciação mais cuidada.

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão pelas treze horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será lida e depois de aprovada, assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, Dr. João Germano Mourato Leal Pinto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Dr. João Germano Mourato Leal Pinto)

A Secretária do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Leticia Lopes Almeida

(Leticia Lopes Almeida)